



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ERIDIANY BEZERRA GOMES

**DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A
PERSPECTIVA DE PROFESSORAS**

CAJAZEIRAS-PB

2018

ERIDIANY BEZERRA GOMES

**DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A
PERSPECTIVA DE PROFESSORAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – *Campus* de Cajazeiras/PB, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dra. Zildene Francisca Pereira

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

G633d Gomes, Eridiany Bezerra.
Discussão étnico-racial na educação infantil sob a perspectiva de professoras / Eridiany Bezerra Gomes. - Cajazeiras, 2018.
62f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Zildene Francisca Pereira.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2018.

1. Educação infantil. 2. Questão étnico racial. 3. Formação de professores. 4. Preconceito. 5. Discriminação. 6. Racismo. 7. Sala de aula.
I. Pereira, Zildene Francisca. II. Universidade Federal de Campina Grande.
III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 373.2:323.14

ERIDIANY BEZERRA GOMES

DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A
PERSPECTIVA DE PROFESSORAS

Aprovado em: 16/07/2018

BANCA EXAMINADORA



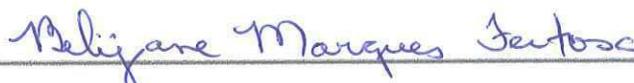
Profª. Drª. Zildene Francisca Pereira – UAE/CFP/UFCG

Orientadora



Profª. Mestranda Maria Thaís de Oliveira Batista – UAE/CFP/UFCG

Examinador(a)



Profª. Mª. Belijane Marques Feitosa – UAE/CFP/UFCG

Examinador(a)

Profª. Drª. Viviane Guidotti Machado – UAE/CFP/UFCG

Examinador(a) suplente

Dedico esse trabalho a minha vizinha, Pedrina Lisboa da Conceição “ANJINHA”, o apelido mesmo já diz, anjo de nossas vidas, que com sua fé e devoção fez promessa para que eu pudesse ingressar na Universidade, e hoje aqui estou prestes a me formar graças as suas orações. Sei que você não está mais entre nós, mas vai estar para sempre no meu coração, sempre vou lembrar-me de ti, aquele semblante de paz, mesmo diante de tanto sofrimento não deixava se abater permanecia forte e guerreira, e com suas sábias palavras me disse “minha neta se você tiver fé você consegue, não desista, sua graça será alcançada” (In memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, luz da minha vida, inspiração de todas as horas, motivo pelo qual eu respiro e existo, a quem eu devo a vida e todo o resto, obrigada por me presentear com tudo que tenho, só tenho a agradecer a cada instante. Como já mencionei minha promessa foi alcançada graças ao meu menino Deus, padroeiro da nossa cidade, fonte de milagre e de fé, ao qual destaco o refrão do seu hino “Menino Deus, protege esta cidade, pois o povo dessa terra te ama de verdade!”. Meu menino Deus não sei o que seria de mim sem ti, por ti e para ti toda honra e toda glória.

Minha mãe, Preta que nunca me deixou desistir, sempre me apoiando, me dando colo nos momentos de fraqueza, você é minha fortaleza sei que posso sempre contar contigo, eu tenho certeza de pouca coisa na minha vida, mas uma que eu tenho certeza absoluta é que você não decepciona nunca. És a única que está disposta a entrar no fogo por mim e enfrentar quem for. Por isso, te amo imensamente. Sou parte de ti.

Pai, Alcino, homem de fibra, obrigada por me incentivar mesmo com pouco estudo tem uma inteligência surpreendente, dádiva de Deus. Fala orgulhoso que seus dois filhos fazem faculdade, que era um sonho dele, mas que estamos realizando, já que não teve oportunidade. Apesar da situação financeira não ser das melhores sempre arrumou uns trocados para eu levar para universidade. Não esqueço sua a felicidade quando eu disse que havia passado no vestibular. Tenho muito orgulho do senhor meu pai, queria eu poder realizar todos os seus sonhos, mas fique sabendo que farei o possível para te deixar feliz.

Meu irmão, Deorcindo, agradeço por me ajudar mesmo às vezes com raiva sempre facilitava as coisas durante a minha jornada inteira na universidade, me deu apoio sempre que eu mais precisei. Agradeço a Deus por ter um irmão como você, te amo viu meu turrão.

Ao meu namorado, Jorginho, o meu muito obrigada pelo amor, carinho, compreensão, dedicação e, principalmente, paciência nos meus dias de estresse, que quase sempre acabei descontando em você. Sempre que fiquei aflita sem saber o que fazer você me apoiou e dizia sempre, você vai conseguir, vai dar tudo certo, tenha paciência, mas você sabe eu sou impaciente, ansiosa, estressada e enraivada, por isso Deus colocou você no meu caminho, o oposto de mim, te amo meu poço de calma.

Quero agradecer a cada um dos meus amigos e amigas que me deram força e coragem durante esse trajeto até aqui, minhas amigas irmãs: Elany, Frediana e Clênia, que sabem de todas as minhas confidências, angústias e desabafos. Aos meus amigos e colegas de sala,

Geferson, Francineide, e Jaqueline. Além de amigos, parceiros de baralho. Bons momentos passamos juntos, e momentos ruins também, mas enfrentamos cada obstáculo. Obrigada vocês são parte da minha vida, os amo muito mesmo. Geferson sempre nos recebeu em sua casa não poderia deixar de agradecer a hospitalidade e o carinho de sua família, espero um dia poder retribuir um pouco tudo o que você fez por mim. Junior, meu amigo nem sei o que teria feito no início sem sua ajuda, você me guiou no momento mais difícil, obrigada por tudo. Lindemberg, obrigada também pela ajuda e pelas oportunidades que você me proporcionou. Não poderia deixar de mencionar e agradecer grandemente meu amigo e irmão postigo Edmontiê Junior, que no início do curso foi meu porto seguro e me ensinou a fazer os trabalhos acadêmicos, te dei muito trabalho sem dúvidas, por isso, obrigada por tudo. Não poderei esquecer de agradecer ao meu queridíssimo amigo João Marcos que me forneceu todo o material que serviu de suporte para o embasamento teórico.

O meu obrigada especial a minha queridíssima orientadora Zildene Francisca Pereira, por me aceitar como orientanda, mesmo com tudo contra, o tema que escolhi não era da sua área, você já estava cheia de orientandos, mas mesmo assim, você deu seu jeitinho e me incluiu, e ainda bem, porque eu não ia deixar você em paz, eu já tinha te escolhido desde o primeiro dia da sua aula de estágio, eu disse: Clênia ela vai ser minha orientadora, isso foi antes mesmo de escolher o tema. Não me canso de agradecer, pois você foi um anjo no meu caminho, melhor orientadora eu não poderia ter. É uma honra, Obrigada de coração viu!

Agradeço também a cada um dos meus professores da academia, que contribuíram para o meu conhecimento e aprendizado, saibam que graças a vocês eu cresci enquanto ser humano e profissional, hoje não sou mais a mesma, o conhecimento é tudo, e eu antes de ingressar na universidade vivia na sombra dos outros. Hoje tenho outro conceito de vida.

Obrigada aos participantes da banca de defesa, Maria Thaís de Oliveira Batista; Belijane Marques Feitosa e Viviane Guidotti Machado, que aceitaram os convites, espero que possamos atender as expectativas.

Agradecer ao professor Rômulo que por seu incentivo na disciplina Seminários Temáticos II, viu a possibilidade de nos ajudar a iniciar o TCC, e sem dúvida foi uma iniciativa brilhante, passamos por aperreios, choramos, mas para mim foi uma experiência única, onde pude vencer alguns medos, por exemplo, de apresentar o tema para todos os colegas, fiquei nervosa, com medo e no fim apresentei, Dena e Junior sabem da minha aflição nesse período, enfim passou e hoje estou aqui agradecendo a ele. Ele disse que um dia íamos agradecer a ele pelo empurrão que no período achamos ruim e hoje vemos que ele só quis ajudar. Um abraço professor!

Agradeço a professora Rejane que nos acompanhou nas duas disciplinas de pesquisa no intuito de nos subsidiar nos primeiros passos do projeto de pesquisa, saiba professora que sua ajuda foi de fundamental importância no andamento do projeto, suas indicações e opiniões me ajudaram positivamente no processo de construção.

Enalteço, também, Zarinha e Gledson por me ajudarem nesse trajeto me incentivando e cooperando com o trabalho. Muito obrigada!

Aos participantes entrevistados agradeço grandemente pelo tempo que dispuseram e pela cooperação, afinal, ajudaram a dar corpo ao meu trabalho.

Por fim, reforço o agradecimento a todos, pelo carinho, confiança, companheirismo e motivação. Sem vocês não seria possível chegar aonde cheguei.

Muitíssimo obrigada!

RESUMO

Apresentamos, neste trabalho, uma discussão voltada para a temática étnico-racial na Educação Infantil, tendo como problema de pesquisa: Como professoras intervêm na questão racial, em sala de aula, a partir do momento em que percebe a incidência de preconceitos entre as crianças? E para responder à problemática temos como objetivos: analisar a concepção de professoras com relação à discussão racial na Educação Infantil; conhecer o que professoras pensam acerca da questão étnico racial e suas implicações para o processo educativo; identificar metodologias utilizadas, por professoras, que levem em consideração o desafio de desconstruir os conhecimentos prévios acerca do preconceito racial em sala de atividades educativas; e discutir se a pré-escola oferece formação continuada para professores para tratar da temática racial. Para o estudo da temática trazemos ideias de autores como: Dias (2012), Duarte (2011), Ferreira (2008), Rosemberg (2011), Santana (2006), Silva e Souza (2013), dentre outros. Trazemos, ainda, algumas legislações que estabelecem a obrigatoriedade que envolvem a temática em questão. O capítulo metodológico está subdividido em cinco subtópicos, iniciando-se com o tipo de abordagem qualitativa. Quanto aos sujeitos e a unidade pesquisada, entrevistamos quatro professoras que trabalham com crianças na faixa etária de 4 e 5 anos de idade da Educação Infantil na região de Cajazeiras/PB. Fizemos uso da entrevista semiestruturada e para a técnica de análise optamos pela análise de conteúdo. Diante das análises constatamos que a discussão étnico-racial não acontece como deveria, somente se discute em datas comemorativas, principalmente em 20 de novembro em virtude do dia da consciência negra. Não há formação para professores, só existe um projeto desenvolvido, anualmente, criado pela Secretaria de Educação do município para subsidiar todas as escolas da rede municipal de ensino e para todas as faixas etárias. As professoras, ainda, enfatizam que essa discussão também flui no cotidiano, quando acontece algum preconceito racial em sala de aula e, a partir do fato é que acontece a intervenção e a conscientização. Por fim, vimos que vivemos, ainda, numa cultura enraizada de preconceitos dos mais diversos e que as crianças são vítimas dessa situação. Cabe aos professores intervir e discutir essa temática em sala de aula, a partir de uma formação específica que contemple essa discussão, só assim poderemos, aos poucos, desconstruir o preconceito existente.

Palavras-chave: Étnico-racial. Educação Infantil. Formação de professores. Preconceito. Discriminação.

ABSTRACT

At this paper, we show a discussion about the following theme of ethnic-racial in Child Education, which it has like a research problem: How do the teachers intercede in the racial subjects into classrooms from the moment they notice the incidence of prejudice among kids? In order to answer this question we have some aims like: analyze women teachers' conception regard to racial discussion in Child Education; to know what they think about this issue and its implications in educative process; to identify teaching methodologies used by teachers which take into account the challenge to deconstruct previous knowledge about racial prejudice in classrooms; and engage a conversation if pre-school offer recurrent training to teachers deal with this problem. To study this theme we brought in some authors' ideas, for instance, Dias-2012, Duarte-2011, Ferreira – 2008, Rosenberg – 2011, Santana-2003, Silva and Sousa-2013. We also draw attention to some legislation that establishes obligation what includes the topic we are talking about. The methodology chapter is subdivided in five subtopics, it begins with qualitative approaching. As regarding people and the researched unit, we interviewed women teachers that work with four or five-year-old kids from Child Education in region on the Cajazeiras City- Paraíba. We performed a semi structured interview and we decide in favor of a content examination like an analysis technique. In face of that analysis we testify that ethnic-racial discussion does not happen how it should be. The subject just comes up when there are commemorative dates like November 20th the Black Conscious day, but there is no teacher training, only a yearly developed project created by Board of Education in urban community in order to help all schools in the county that work with every age group. The women teachers emphasize it is a daily discussion and, from the moment, some sort of prejudice occurs in the classroom there is an intervention and awareness. At least, we notice we still live in a culture where preconception had taken root and kids in general are the victims. So, it is teachers' responsibility intervene and dialogue the topic under consideration, assisted by a recurrent training, as a result, we can, step by step, tear down the existing racism.

Key words: Ethnic-racial. Child Education. Teachers training. Prejudice. Discrimination.

LISTA DE SIGLAS

CFP – Centro de Formação de Professores

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EIR – Estatuto de Igualdade Racial

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

UAE – Unidade Acadêmica de Educação

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DESVENDAR A HISTÓRIA: LEGISLAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL	17
2.1 Legislações acerca da discussão étnico-racial na Educação Infantil.....	19
2.2 Discussão étnico-racial na Educação Infantil a partir da implementação da lei 10.639/2003	23
2.3 Formação de professores na/para Educação Infantil: conhecimentos e metodologias acerca da discussão étnico-racial.....	26
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1 Abordagem e a natureza da pesquisa.....	30
3.2 Objetivos e procedimentos	31
3.3 Sujeitos e a unidade pesquisada.....	32
3.4 Instrumentos de coleta de dados.....	33
3.5 Técnica de análise dos dados.....	35
4. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DO DISCURSO DOCENTE	37
4.1 Formação de professores e práticas pedagógicas que favorecem a discussão étnico-racial com crianças na Educação Infantil.....	37
4.2 Experiências em sala de aula: repensar o preconceito racial entre crianças, sob a perspectivas de professoras.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	59
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista.....	61

1. INTRODUÇÃO

*Quero rever a história,
"Recontar" a História
De um povo negro guerreiro ressurgido em mim
E conhecer a história e transmitir a História
De um povo que luta até o fim.
(UNIDADE RACIAL – O Negro em Construção - 2012)*

O objeto de pesquisa deste trabalho foi a discriminação racial na Educação Infantil na perspectiva de professoras. A motivação para pesquisar sobre este tema surgiu a partir da disciplina “Educação, cultura e diversidade, com carga horária de 60 horas aula, no curso de Pedagogia. A disciplina teve como proposta curricular uma iniciativa motivadora, organizada em eixos reflexivos: o primeiro foi organizado para pensar e conceituar palavras como educação, cultura, diversidade, diferença, raça, etnia e racismo; os tipos de racismo: individual, institucional e cultural, embasando o preconceito, discriminação e estereótipo; em um segundo momento tivemos acesso a vídeos, filmes, músicas e textos que tratavam da história da África, retratando uma história rica de valores, culturas e ideais que foram subjugados e indesejados aos olhos dos que fazem parte da elite europeia, dentre os utilizados podemos citar: “Kiriku”, “Amanda e Monick”, “Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais”, “O olhar imperial e a invenção da África”, “O ocidente poderá ouvir a voz que vem da África?”, “Introdução ao racismo”, “Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na Escola”, “O currículo e as diferenças sexuais e de gênero”, “Direitos humanos e as relações étnico-raciais e de gênero”, entre outros; a questão de gênero também teve respaldo importante na disciplina, evidenciando sexualidade e a complexidade das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, ainda então ser negro em meio a essa relação; frisou sobre os direitos humanos, do simples direito de ir e vir como cidadão da sociedade e outras diversidades que complementam esses direitos.

Após essa disciplina pudemos construir um novo conceito de História da África, que até então era desconhecido não só a mim, mas aos meus colegas de curso, sobretudo, considerando discussões mais aprofundadas de que nós brasileiros somos todos Afrodescendentes, temos sangue de negros em nossas veias e não podemos negar nossas origens, tendo a escravidão como um marco importante da nossa história. Desvendar o que há por trás da escravidão, foi de fundamental importância para a minha formação enquanto futura Pedagoga.

Em meio à problemática firmei a premissa de que a criança não nasce preconceituosa, mas é em meio a sociedade, a família e até na própria escola que é cultuado e concebido o

preconceito; portanto, nós enquanto futuros professores precisamos intervir nesse tipo de situação, levando em consideração metodologias que quebrem os paradigmas dos livros didáticos e até mesmo da ideologia impregnada, para tentar reverter, na criança, impactos negativos e construir novos paradigmas, especialmente, na Educação Infantil que é a etapa fundamental, pois as crianças estão em constante processo de construção e reconstrução de conhecimentos e abertas às aprendizagens.

Para dar respaldo teórico-metodológico ao estudo, a pesquisa foi fundamentada em documentos legislativos como: Estatuto da Igualdade Racial (EIR) de 2013; Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013). E os estudos de: Dias (2012); Ferreira (2008); Santana (2006); Silva e Souza (2013); Rosemberg (2011) e outros que problematizam a temática.

Assim, este estudo terá como principal indagação: Como professoras intervêm na questão racial, em sala de aula, a partir do momento em que percebem a incidência de preconceitos entre as crianças? A pesquisa tem relevância acadêmica e social, por contribuir com um material teórico-metodológico para abordagem dos professores da Educação Infantil e como resultados de pesquisa, reverenciando metodologia que possam ser adotadas tanto por professores da Educação Infantil, quanto para futuras pesquisas a respeito da temática.

Para responder a estes questionamentos traçamos alguns objetivos que estão assim descritos: analisar a concepção de professoras com relação à discussão racial na Educação Infantil; conhecer o que professoras pensam acerca da questão étnico-racial e suas implicações para o processo educativo; identificar metodologias utilizadas, por professoras, que levem em consideração o desafio de desconstruir os conhecimentos prévios acerca do preconceito racial em sala de atividades educativas; e discutir se a pré-escola oferece formação continuada para professores para tratar da temática racial.

Para dar aporte e embasamento teórico-metodológico a esse trabalho realizamos um levantamento acerca da temática étnico-racial na Educação Infantil, utilizando com recorte temporal os estudos publicados entre os anos de 2013 a 2017. Nesse percurso foram encontrados 7 (sete) artigos que tratam do tema desta pesquisa, desses apenas 2 (dois) atendem as características necessárias ao tema.

O primeiro tendo como título “As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa” (GOMES e JESUS, 2013), faz-se necessário refletir sobre essas práticas com essa questão no espaço escolar. E nos leva a alguns questionamentos como: Será

se a lei está sendo efetivada? Se a escola e professores estão preparados para trabalhar nessa perspectiva? Então, nesse sentido, este trabalho relata um pouco sobre esse aspecto e nos faz pensar sobre tais indagações. Uma coisa é certa a lei assegura esses direitos, mas será que fornece o necessário para que ela se cumpra na realidade das escolas. É uma reflexão que devemos fazer constantemente e lutar cada vez mais para que esses direitos sejam cumpridos.

O segundo artigo com título “Relações étnico-raciais no espaço escolar” (VERGULINO; SILVA; SILVA, 2013), busca saber como está sendo trabalhado esse contexto étnico-racial nas escolas, como os alunos nas suas diversidades se relacionam uns com os outros e, a partir da Lei 10.639/2003, o que mudou e quais estratégias estão sendo desenvolvidas nas práticas diárias dos professores tanto de redes privadas como de redes públicas, levando em consideração todas as etapas da educação. Vale ressaltar a importância de ter presente nos currículos esses eixos norteadores e diversificadores que abrem espaço para trabalhar desde a Educação Infantil até o ensino superior, trazendo diversos pontos positivos como, por exemplo, minimizar o preconceito existente na nossa sociedade, fazer presente a cultura africana que está presente hoje quase em tudo no nosso país, e que são de fato as raízes da história do povo brasileiro e passar um pouco dessa cultura riquíssima começando pelas crianças da Educação Infantil é um passo mais significativo ainda, pois, mesmo na sua complexidade de manejar a temática nessa faixa etária, a experiência é motivadora e inspiradora. Além disso, pode incentivar as crianças a aprender desde cedo um pouco da história do povo africano, deixando sempre claro que é um povo de história e cultura rica, buscando apagar a velha história que menospreza o negro e o relaciona apenas ao fato histórico da escravidão.

Após esse levantamento vimos que a maioria dos artigos encontrados é do ano de 2013, ano em que as discussões em torno da temática ganharam mais notoriedade devido, sobretudo, as lutas sociais em busca dos direitos que todo cidadão tem. Direitos estes, assegurados pelas leis do nosso país. Com essas lutas obtivemos algumas conquistas como o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) e o EIR (2013). Esses dois documentos foram de extrema importância e relevância social e, através destes, as discussões acadêmicas foram fluindo.

Esse trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro trata do referencial teórico em que relatamos um pouco da história dos negros antes da escravidão, história essa que, ainda encontra-se desconhecida ou ignorada por muitos, em vista de suas origens e seus direitos terem sido negados e desrespeitados. Também abordamos sobre a história no processo de educação dos negros no Brasil, o qual foi um processo de dificuldades o seu acesso e direito a Educação.

O capítulo teórico está subdividido em três subtítulos: o primeiro está relacionado às legislações, que como bem sabemos ao longo dos anos, muitas reivindicações foram feitas com o objetivo de inserir e assegurar os negros no meio escolar, bem como, a sua cultura. No segundo, destacamos a discussão étnico-racial a partir da implementação da Lei 10.639/2003, que é voltada para a implementação da história e cultura afro-brasileira no currículo da Educação Básica. E no terceiro subtítulo, ressaltamos a importância da formação de professores seja inicial ou continuada.

No segundo capítulo temos os procedimentos metodológicos no qual traçamos os passos para todo o percurso do presente trabalho e está subdividido em cinco subtópicos, iniciando-se com o tipo de abordagem qualitativa. Fizemos uso da pesquisa exploratória, que também pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Desse modo, quanto aos procedimentos fizemos uso das pesquisas Bibliográfica e Documental. Quanto aos sujeitos e a unidade pesquisada, entrevistamos quatro professoras que trabalham com crianças na faixa etária de 4 e 5 anos de idade da Educação Infantil de Cajazeiras - PB. Fizemos uso da entrevista semiestruturada e para a técnica de análise optamos pela análise de conteúdo.

O terceiro capítulo é relativo às análises dos dados, o qual também está subdividido em dois eixos temáticos. O primeiro trata das quatro primeiras questões do roteiro de entrevista, que evidenciam os seguintes contextos: se as professoras conhecem a lei 10.639/2003, se existe alguma formação voltada para discussão étnico-racial, se a instituição oferece meios ou recursos para trabalhar a temática e se ela é de fato trabalhada com as crianças. O segundo eixo dá ênfase às três últimas questões do total de sete, que correspondem aos questionamentos: se existe alguma experiência que tenha marcado as professoras com relação à discussão étnico-racial na Educação Infantil, se elas já presenciaram cenas que as fizeram compreender que era preconceito racial entre as crianças e a compreensão de cada professora a respeito do que seja preconceito racial e ao mesmo tempo se elas acreditam ser possível que crianças tenham preconceito racial.

Nas considerações finais, entendemos que é preciso que haja uma maior discussão sobre as questões étnico-raciais no âmbito da Educação Infantil, por isso é preciso que os profissionais que atuam nessa área estejam preparados para agir em situações que envolvam algum tipo de preconceito e/ou discriminação racial. Dessa forma, na sua formação inicial é importante que o professor tenha ciência de todas as diversidades culturais e étnicas que irá encontrar no contexto escolar.

2. DESVENDAR A HISTÓRIA: LEGISLAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.
(FREIRE, 1989, p. 67)

A História da África é desconhecida aos olhos da sociedade ou, de certa forma, é mascarada por ela no intuito de esconder o que esse povo sofreu e ainda sofre em meio ao preconceito enraizado e cultuado pela ideologia dominante. No entanto, através de muitas lutas e muito sangue derramado, os negros vêm superando e vencendo as barreiras que os impedem de serem cidadãos com direitos como qualquer outro ser humano e, para entendermos melhor como se deu esse processo histórico, abordaremos um pouco como se deu a História dos negros até chegar à escravidão, porque de fato nunca para-se para refletir o que houve antes da escravidão, o porquê deles terem sido escravos, e isso ocorre porque perpassa-se pelas etapas da educação e até mesmo pela história do povo brasileiro, remetendo o negro e sua história de vida à época da escravidão. Esse povo nem sempre foi visto como gente que tem história, raízes, cultura e um passado que desvela o que realmente aconteceu. Eles foram, na verdade, vítimas de uma atrocidade sem tamanho como poderá ser visto adiante. Para obtermos uma ideia concreta do que foi essa história vimos que

A África foi vítima do maior holocausto que o mundo já conheceu, desdobrado em dois momentos: o tráfico escravista árabe dos séculos VIII e IV e o mercantilismo europeu dos séculos XV e XIX. Além do objetivo imediato (caça de mão de obra cativa) o holocausto europeu dos últimos quinhentos anos também visou à aniquilação da identidade dos filhos da África e à sua integração ao modelo ocidental, considerado universal (NASCIMENTO, 2008, p. 29).

Desse modo, vemos claramente que esse povo foi visto sem cultura, sem valor, rebaixados a nada. Infelizmente, é dessa forma que eles são vistos na sociedade, mas acontece que esse povo tem uma história a ser contada, cultura e valores que foram extorquidos sem nenhuma consideração. Esses dois momentos descritos acima aconteceram pela consciência histórica racista do povo europeu que se apossaram de suas terras e os escravizaram, pelo único fato de serem negros. Isto era, na verdade, o “pecado” deles e, por isso, eram considerados inferiores e subalternos aos brancos. Nesse sentido, eles os usaram como propriedades ou

objetos, negando suas origens e qualquer direito de viver dignamente como qualquer ser humano. Diante dessa triste realidade histórica, podemos refletir acerca do que lhes foram retirados em se tratando de liberdade. Na realidade, o que restou a eles foi voltar ao passado e então construir novas raízes, ou seja, reaprender com o passado para reconstruir o presente e o futuro.

Cavalleiro (2000. p. 34, *apud* VERGULINO, SILVA E SILVA, 2013, p.116) aponta que: “Nós negros queremos apenas um lugar tranquilo para vivermos, construirmos os nossos lares e sermos respeitados, um lugar onde nossos filhos possam estudar, brincar e trabalhar sem serem motivo de chacota dos colegas”. Essa indagação é bastante nítida de um preconceito racial enraizado, pois sabemos que o racismo é um problema sério e não pode passar despercebido e infelizmente está muito presente no contexto escolar.

A história da educação dos negros no Brasil, também é um fator preocupante, pois eles não tinham direito à escolarização durante a escravidão e há poucos registros que comprovam que esse povo teve direito ao ensino em escolas após abolição. Nesse contexto Cruz (2005) discorre um pouco a respeito

Há cerca de 43 anos a história da educação brasileira tem seu espaço no currículo de formação do educador como uma disciplina específica. Porém, observando a bibliografia nesta área, teremos a nítida impressão da inexistência de experiências escolares dos negros em período anterior à década de 1960, quando a rede pública de ensino sofre vasta expansão do número de vagas (CRUZ, 2005, p. 21).

Com isso, podemos nos questionar sobre como o negro ingressou logo nos anos iniciais da República no campo intelectual, pois a carência de respostas para essas e outras questões, estão na falta de conteúdos na história da educação brasileira que contemplem as trajetórias educacionais e escolares dos afrodescendentes. Durante esse processo, tem ficado no esquecimento os temas e as fontes históricas que serviriam para ensinar e perpassar para nós no presente e os do futuro as experiências educativas, ou não, dos povos negros e, também, indígenas. Culturas essas integrantes da sociedade brasileira. Essas fontes, em vez de terem sido conservadas, foram extintas no processo de dominação e escravidão.

Nessa perspectiva, é possível construirmos uma nova história da educação brasileira, a partir de estudos nessa área “[...] visando refletir sobre a história da educação dos negros e sua invisibilidade na disciplina História da Educação Brasileira. Procura chamar atenção [...] para pesquisa, incorporação de conteúdos e temáticas dessa área para essa disciplina”, como bem

propõe Cruz (2005, p. 25). Diante do exposto, o referido autor ainda afirma que a “[...] realização de estudos e pesquisas sobre relações raciais nas escolas brasileiras tem ocorrido desde o final dos anos 1970, quando se vai perceber uma considerável presença de estudantes negros nas universidades públicas”. Percebemos, então, que não foi fácil a entrada dessa temática “Negro e Educação” no campo científico, tendo se tornado oficial no ano de 1998, o qual se deu por iniciativa dos próprios negros que buscaram, lutaram e até hoje lutam para conseguir direitos que por muito tempo foram tirados deles.

Ainda nesse sentido, Cruz (2005, p. 28) evidencia sobre o acesso dos negros as escolas públicas “Em relação ao acesso a escolas públicas, é possível inferirmos que a partir da segunda metade do século XIX há maior evidência da participação dos negros em processos de escolarização”. Nesse âmbito com relação às crianças negras, segundo Souza (1999, p. 118, *apud* CRUZ, 2005, p. 29) “[...] ao estudar os sete primeiros grupos escolares instalados em Campinas, no período de 1897 a 1925, identifica ‘a presença de crianças negras em fotografias de turmas de alunos de diferentes grupos escolares e em diferentes épocas’”.

Assim, podemos constatar a presença de crianças negras em escolas, como registros encontrados com os estudos realizados. Desse modo, conforme Barbosa (1997, *apud* CRUZ, 2005, p.29) “A biografia do professor Antônio Ferreira Cesariano Júnior é uma demonstração de como o espaço escolar cumpre em relação ao negro uma dupla função: veículo de ascensão social e instrumento de discriminação”. De fato, é complexo esse processo como é sabido, mas ao mesmo tempo é por meio da educação que os negros podem vencer esse dilema, por isso é importante nunca se darem por vencidos, persistir sempre em busca de direitos igualitários em todos os contextos.

Vimos, então, de forma geral e abrangente, a história do negro no processo educativo brasileiro. Essa historicidade foi se elencando, ficando raízes e, atualmente, os negros levando em consideração o contexto educativo já obtiveram muitas conquistas, apesar de ainda não terem sido suficientes e, em virtude disso, os movimentos e lutas não podem parar jamais para ter-se esperanças de um dia construirmos uma sociedade livre de preconceitos e com garantias de direitos igualitários a todos sem distinção.

2.1 Legislações acerca da discussão étnico-racial na Educação Infantil

As leis que regulamentam o Brasil com relação a escolarização dos negros, além de serem documentos fundamentais, são de relevância importante para todos os âmbitos, inclusive

para educação e a temática em estudo, pois elas asseguram e garantem os direitos de cidadãos perante a sociedade. Diante do exposto, traremos alguns importantes documentos que melhor se enquadra com o tema proposto. Com base nisso, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208 traz que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. Rosemberg (2011), afirma que

A constituição federal de 1988 é, pois, a referência para as políticas públicas sociais contemporâneas, inclusive para educação infantil: foi ela que instituiu, pela primeira vez no país, que as crianças com menos de 7 anos têm direito a educação em creches e pré-escolas (ROSEMBERG, 2011, p. 18).

Com relação à cultura brasileira, a Constituição Federal de 1988, no Art. 215 estabelece que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” E ainda complementa no parágrafo primeiro que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

A Constituição Federal de 1988, como vemos, assegura a importância de ter conhecimento das culturas existentes, de ter acesso a ela e de valorizar essas culturas e as advindas de outros países e que, através do processo histórico, criaram raízes, e se tornaram parte da cultura brasileira, tornando-se, então, um país de diversidades culturais, a exemplo disso temos a cultura afro.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, DCNEI (2009), foi instituída para tratar das propostas pedagógicas para Educação Infantil, havendo interligações com a LDB, ou seja, as DCNEI confirmam artigos constantes na LDB, como podemos ter claro no artigo a seguir quando aponta que

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares (BRASIL, 2009).

O Art. 5 das DCNEI (2009), e parágrafos segundo e terceiro, referencia fatores importantes, a serem observados e assim podemos destacar:

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. § 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula e § 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil (BRASIL, 2009).

O Art. 8 e inciso IX, trata das propostas de ensino. Podemos enfatizar que essas propostas são essenciais para o desenvolvimento pleno da criança em todos os sentidos. Além da valorização e do respeito às culturas existente desse país e, o mais importante, desmistificar o preconceito e a discriminação racial das salas de Educação Infantil. Como primeira etapa da educação, é de extrema importância trabalhar esses assuntos desde a infância, para assim construirmos uma sociedade livre de todos os tipos de preconceitos pré-existent:

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação (BRASIL, 2009).

Esse artigo e inciso intitulados acima demonstram clareza em relação às propostas curriculares para as crianças da Educação Infantil, respaldando a relevância da interação e apreciação das culturas existentes no Brasil, evidenciando a exploração dessas temáticas nessa faixa etária, combatendo a discriminação e o preconceito existente nesse meio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, para situar a educação de modo geral, no artigo a seguir preconiza como ela dever ser quando enfatiza que

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, fica evidente que a educação deverá ser veiculada pela família em primeira instância e logo após o Estado é responsável pela continuidade dessa educação oferecendo uma educação de qualidade para que o cidadão possa se desenvolver e se qualificar

para a sociedade. Em seguida o **Art. 3º** trata dos doze princípios nos quais servirão de base para ministrar o ensino dentre eles, faço destacar o “XII – consideração com a diversidade étnico-racial”, esse princípio está veiculado diretamente com a temática abordada nessa pesquisa e, como se constata, destaca-se como o último princípio da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996. Lei que estabelece toda a base da educação nacional e serve de base para todos os documentos que regem a educação brasileira. A partir disso trataremos uma abordagem voltada para a Educação Infantil na Sessão II da LDB (1996):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Sendo a Educação Infantil primeira etapa da educação básica, podemos afirmar que esta foi uma conquista, em vista de no passado a figura da criança das camadas populares ter sido menosprezada sem direito a educação. Desse modo, a LDB assegura a criança o direito a Educação Infantil contemplando-a em todos os aspectos. O Art. 31 mostra como será organizada a Educação Infantil, e nos incisos abaixo apontam as regras acerca dos seguintes aspectos:

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASIL, 1996).

A partir disso, a Educação Infantil terá uma organização curricular bem articulada para que melhor atenda a demanda dessa faixa etária, referenciando a avaliação, distribuição da carga horária, atendimento, frequência até a documentação necessária para efetivação desse processo de integração da criança na creche ou pré-escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), no capítulo IV, o qual trata dos direitos das crianças e adolescente a educação; cultura; esporte e lazer, em seu Art. 53 assegura que “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Além da lei que assegura o estudo sobre a história e a cultura dos negros, foi sancionada a Lei 12.288/2010, que em seu Art. 1º

[...] institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado à garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate a discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O Estatuto da Igualdade Racial foi outra conquista das lutas sociais, que busca assegurar os direitos igualitários dos negros como qualquer outro cidadão. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana traz como objetivo central:

Colaborar para que todos os sistemas de ensino cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar as diferentes formas de preconceito racial, racismo e discriminação racial para garantir o direito de aprender a equidade educacional a fim de promover uma sociedade justa e solidária (BRASIL, 2013, p. 19).

A fim de tornar explícito num ângulo abrangente tentamos explicar, nesse tópico, a história do negro e sua jornada na educação brasileira e, com as legislações, tivemos um ponto norteador onde cada qual com suas especificidades relevantes tem relação significativa com a temática em estudo.

2.2 Discussão étnico-racial na escola a partir da implementação da Lei 10.639/2003.

Nesse contexto, abordaremos sobre o que mudou nos currículos escolares a partir da Implementação da LEI 10.639/2003, como será pautado adiante já que essa Lei foi alterada pela Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que destaca a importância das duas culturas existentes no Brasil a cultura Afro e a Indígena e como é relevante ser trabalhada essas temáticas também com as crianças da Educação Infantil, de forma que elas desde então possam tomar conhecimentos do quão importantes elas são na historicidade brasileira. Ainda, trataremos um pouco da discussão étnico-racial e de como essa questão se faz necessária na escola. De acordo com o que descrevem Gomes; Jesus (2013):

A aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos

sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contraponha à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola. (GOMES; JESUS, 2013, p. 22)

Diante desse relato minucioso que advém a partir da implementação da Lei 10.639/2003, percebe-se claramente que sua efetivação necessita da intervenção de uma conjunção de fatores englobados para um propósito: atingir discussão étnico-racial no espaço escolar e sua amplitude. Desse modo, não acontece de forma involuntária, mas, sim, no conjunto integrante do contexto escolar. Ainda nessa perspectiva Gomes e Jesus esclarecem:

[...] para avançar na compreensão do desenvolvimento da política antirracista na educação por meio da implementação da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como conhecer seus limites, saber ações e opiniões de gestores, docentes e estudantes, faz-se necessário mapear e analisar as práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas e ouvir os principais sujeitos desse processo (GOMES; JESUS, 2013, p. 22).

Com isso, é possível termos uma base do que é preciso fazer para avançar positivamente e levarmos adiante o que é proposto pela lei. Para embasar teoricamente nossas reflexões acerca da discussão étnico-racial, temos um fator importante que alavancou as discussões sobre a temática em estudo quando na

LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL, 2003).

Mas no ano de 2008 houve uma modificação na Lei 10.639/2003 e implementação a nova Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que:

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (BRASIL, 2008).

Então, a partir dessa nova Lei 11.645/2008, a qual agora vigora, inclui, não somente, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, mas também o estudo da cultura indígena, que é a cultura originária do solo brasileiro e o Art. 26-A e seus parágrafos seguintes, faz constar as mudanças e alterações ocorridas:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil;

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Com isso, é relevante destacar que a cultura brasileira é formada a partir de três outras culturas: branca, negra e indígena e que nenhuma delas é superior. Todas possuem o mesmo valor significativo na construção da cultura brasileira. Vale ressaltar ainda que o artigo acima destaca o ensino fundamental e médio da educação básica, não englobando, assim, a Educação Infantil a qual deveria ser envolvida, pois é onde se inicia o processo de ensino, fazendo-se fundamental trabalhar essa temática em vista de já despertar o conhecimento, a valorização e o respeito para com essas culturas.

Conforme, Rosemberg (2011) os dados estatísticos são preocupantes em relação a situação das crianças negras na faixa etária de 0 a 3 anos que não dispõem de creche:

Analisando as taxas de frequências à creche e à escola dos diferentes segmentos raciais observamos que 84,5 % de crianças negras e 79,3% de crianças brancas **não** frequentavam a creche em 2008. A diferença do percentual de frequência entre crianças negras e brancas é reduzido: 5,2% (PNAD, 2008, *apud* IPEA, 2010) [...] Minha prioridade não seria atentar para os 5,2% de crianças negras que não atingem o mesmo patamar de frequência à creche que crianças brancas, mas os 84,5% de crianças negras de 0 a 3 anos que não dispõem de creche (ROSEMBERG, 2011, p. 37).

Ao tratar da questão racial não poderíamos deixar de comentar que no Brasil o racismo é considerado crime inafiançável, previsto na Lei nº 7.716/89, e esta determina a igualdade racial

e o crime de intolerância religiosa. Mas existe uma diferença entre racismo e injúria racial, e muitos não a conhecem, e o Código Penal em seu artigo 140 e parágrafo 3º estabelecem claramente quando ocorre Injúria e Injúria racial e penalidades aplicadas a cada uma. Já a Lei nº 7.716/89 nos artigos 5º e 6º delegará como ocorrem a prática do racismo:

CÓDIGO PENAL:

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa. (BRASIL, 1940)

RACISMO: LEI: 7.716/89

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau. Pena: reclusão de três a cinco anos (BRASIL, 1989).

Então, notamos, explicitamente, que o racismo evidencia a conduta discriminatória a determinado grupo, a injúria racial implica na ofensa a alguém referente a suas diversidades pessoais seja raça, cor e etc. Diante disso, podemos enfatizar que na maioria das vezes ocorre, em sala de aula, a injúria racial, ao invés do racismo, eles praticam ofensas com os coleguinhas devido aos variados tipos de preconceitos existentes e perpassados a eles pela família ou mesmo pela sociedade

Desse modo, a partir de estudos e pesquisas sobre questões raciais, notamos evidente a problemática de que alunos negros encaram dificuldades de permanência na escola, com taxas crescentes de evasão e repetência, nesse contexto as diferenças são nítidas e acabam influenciando o processo de aprendizagem dessa criança, cujo rendimento se torna inferior a criança branca. Segundo as pesquisadoras Kappel, Carvalho e Kramer (2001, p.46, *apud* OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p.211) “[...] no que se refere a cor, o acesso de crianças brancas à Educação Infantil mostrou-se maior que o de pretas/pardas”. Nesse sentido, é evidente a discriminação presente nesse âmbito. Ainda nesse contexto,

[...] o acesso de crianças brancas é maior que o acesso de crianças não brancas (consideradas as crianças pretas, pardas e indígenas) se as crianças estiverem na idade correta de frequentar a educação infantil [...] a autora compara nosso sistema de ensino a um funil: “você tem uma entrada muito pequena na creche e pré-escola, um aumento espetacular no ensino fundamental e uma diminuição progressiva. Estamos no Brasil numa situação em que nós temos

menos crianças frequentando a creche do que adultos frequentando o ensino superior” (ROSEMBERG, 2002, p. 2, *apud* OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p. 211).

De fato, é preocupante essas demandas no contexto infantil, realmente se faz necessário mudanças nas políticas públicas, na atuação de professores e implementação de conteúdos que reflitam sobre essa temática com crianças dessa faixa etária. Nessa concepção, a discussão racial aparece na Educação Infantil de forma oculta na maioria das vezes e se faz necessário que professores possuam um saber específico para trabalhar na questão racial nesse ambiente.

2.3 Formação de professores na/para a Educação Infantil: conhecimentos e metodologias acerca da discussão étnico-racial.

Conforme a Resolução N° 1 do CNE em seu Art 3° e parágrafo 2° constitui a discussão racial na perspectiva de práticas pedagógicas que facilitaram o desfecho dessa temática envolvendo os demais eixos determinantes.

Art. 3° A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 2° As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares (BRASIL, 2004).

Sendo assim, admitimos que esse Parecer vem exigindo modalidades de formação para professores, tanto para repertório informativo específico quanto para formação de excelência na matéria, conforme almeja a regulamentação. Como sabemos “[...] a Educação Infantil no Brasil é a primeira etapa da Educação Básica, sendo dever do Estado, direito da criança e opção da família,” (SANTANA, 2006, p. 30) e também é assegurado por lei como já foi citado anteriormente nas legislações, pois constatamos que a escolarização tem seu início na Educação Infantil quando o indivíduo ainda é uma criança e que essa educação é um direito de todo e qualquer cidadão brasileiro, ou seja, o Estado deverá assegurar a entrada e a sua permanência no ambiente escolar.

Apesar de ter esses direitos assegurados, percebemos um grande contingente de crianças que estão fora das escolas e assim, “De acordo com dados do (Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF), a população indígena e negra são os segmentos mais excluídos do acesso à educação na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos” (SANTANA, 2006, p. 31). Com base nisso, detectamos que a ausência dessas etnias na educação escolar deve-se a vários fatores incluindo o racismo e a discriminação.

A exclusão desses grupos étnicos do ambiente escolar gera grandes indagações e a postura do professor é colocada em pauta, pois ele é o ser que está em contato direto com o alunado e deve (ou deveria) estar ciente do que se passa no seio da escola. Dessa forma, o professor deve agir para promover uma educação igualitária e diminuir a exclusão de qualquer indivíduo e para que isso seja possível ele deve ter uma formação que o ampare e dê suporte para que ele saiba como agir.

Em seus estudos, Dias (2012, p. 671) diz que “[...] atuar sobre a formação dos professores, de acordo com relatos, é fundamental para gerar respostas ao problema [...] e o aprendido no curso possibilitou-lhes ter argumentos para intervir em situações de conflito”, então podemos afirmar que a formação de professores para lidar com as diversidades é eficaz, para o seu bom desenvolvimento profissional.

Diante do que foi exposto, é imprescindível a Implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas de Educação Básica tanto para professores quanto para profissionais da área, mas uma vez é pertinente ressaltar que é fundamental a formação tanto inicial como continuada no contexto também da Educação Infantil, tendo em vista que é onde se inicia as práticas pedagógicas que podem atuar já na perspectiva da intervenção em todos os âmbitos seja de cor, raça, etnia, ou religião. Ao contrário do que pensam, a Educação Infantil é um espaço que já ocorre fatos que envolvem as problemáticas da atualidade, seja na questão de gênero, religião e inclusive na questão racial, conforme é trabalhada nesse projeto.

A formação de professores é essencial nessa nova perspectiva de mundo, em que a diversidade se abrange a todo o momento, visando isso, Dias, relata que

É com dificuldades que cursos com essa abordagem conseguem espaço na tão disputada agenda de formação de professores, seja inicial, seja continuada [...] a pesquisa nos alerta que o tratamento das relações étnico-raciais na educação, especialmente na infantil, enfrenta inúmeros obstáculos, permeados pela concepção ainda presente na sociedade brasileira do ‘mito da democracia racial’. Essa ideia gera uma descrença na existência do preconceito e do racismo na sociedade brasileira (DIAS, 2012, p. 672).

Dando ênfase ainda na formação de professores no âmbito da discussão racial, Cavalcante e Santiago (2016) trazem reflexões acerca da temática quando enfatizam:

[...] este artigo objetiva refletir sobre currículo e educação para às relações étnico-raciais e para os direitos humanos junto aos nossos(as) alunos(as) do ensino superior, visando uma educação multicultural. A metodologia aponta-se na análise bibliográfica tendo como ponto de partida alguns referenciais teóricos que trazem os debates em torno das questões sobre as práticas pedagógicas articuladas as abordagens sobre currículo, diversidade cultural, identidade e direitos humanos, tais como: Vera Maria Candau (2013; 2010; 2008); Peter McLaren (1997), entre outras(os) (CAVALCANTE; SANTIAGO, 2016, p. 199-200).

Então, a eficácia desses cursos de formação no meio acadêmico ou fora dele, no caso a formação continuada, é fundamental para professores lidarem com as demandas existentes na sociedade, inclusive a questão étnico-racial que estamos tratando, pois

[...] o educador infantil depara frequentemente com uma série de evidências das questões raciais e do preconceito, tendo ou não clareza delas, algumas vezes utilizando práticas do senso comum que podem, segundo a autora, até mesmo reforçar o racismo (SOUZA 2002, *apud* OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p. 213).

É notório que a falta da formação seja ela qual for e até mesmo de competências para tratar de uma temática dessa natureza o professor fica à mercê de práticas induzidas do próprio conhecimento histórico racista, atuando de forma racista e preconceituosa.

Sabemos que o preconceito é uma realidade presente no nosso cotidiano e não se pode negar ou mascarar a sua existência, embora façamos isso diariamente quando é dito que todas as pessoas são iguais e que não existem situações que a tornem diferentes umas das outras. Dessa forma, é necessário obtermos uma maior “[...] percepção da criança como ser ingênuo e pueril também colabora para o reconhecimento por parte dos professores de que esta temática é importante de ser trabalhada na Educação Infantil” (DIAS, 2012, p. 672). A partir dessa visão, o preconceito e a discriminação deverão ser discutidos na Educação Infantil como também em todos os níveis para uma tentativa de amenizar o preconceito étnico-racial e evitar a evasão desses da escola.

Segundo Rosemberg, (2012, *apud* SILVA; SOUZA, 2013, p. 38) “[...] é uma necessidade da área ‘transversalizar’ o enfoque das relações de idade nos estudos-pesquisas sobre relações raciais”. Ou seja, devemos incluir a discussão sobre as questões raciais em todos os níveis de ensino, transversalizando essa questão no ambiente escolar, pois

[...] se o tema da classificação, denominação, declaração, identificação de cor-raça-etnia é estudado no Brasil, muito pouco sabemos sobre o que ocorre entre as crianças entre 4 (quatro) a 6 (seis) anos. Nada sabemos sobre tais processos entre crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos (ROSEMBERG, 2011, p. 41).

Diante do exposto, podemos refletir sobre a importância de tratar dessa temática na Educação Infantil, de modo que haja a expansão para as outras faixas etárias. Assim, se faz relevante a atuação do professor quanto ao modo de propor a temática para as crianças em sala de aula e com certeza não é uma tarefa fácil, mas necessária. É imprescindível que todos os professores tenham conhecimento acerca do assunto para que não passe despercebido nenhuma situação de preconceito e discriminação vivida por crianças em salas de aula da Educação Infantil.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

*O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia
(ROSA, 1994, p. 86)*

Metodologia é o caminho traçado para percorrer e realizar a pesquisa ou estudo do objeto desejado. Ela é de fundamental importância, pois é a partir dela que fazemos as escolhas necessárias que melhor viabiliza e até mesmo facilita ou dificulta o percurso durante toda a pesquisa, mas se é a primeira vez a realizar uma pesquisa, então é imprescindível ficar atento, pois cada passo dado é significativo e imprevistos são inevitáveis.

Diante disso, Minayo, 2007, (*apud* GERHARDT; SOUZA 2009, p. 13) define metodologia de forma abrangente e concomitante quando pontua:

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.”

Sendo assim, ao adentrar na pesquisa científica Silveira e Córdova (2009, p. 31) conceitua como “[...] resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos”. Assim, devemos descobrir o que gera a problemática detectada, inicialmente, que originou o objeto da pesquisa, e assim trabalhar no intuito de apaziguar os conflitos que foram gerados.

3.1 Abordagem e a natureza da pesquisa

Quanto ao tipo de abordagem, foi feito uso da pesquisa qualitativa, pois foi trabalhado na perspectiva de análise de referenciais teóricos e com aspectos da realidade que não se quantifica, buscando sempre compreender a partir das relações sociais. Nesse sentido,

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser

reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador” (MINAYO, 2001, *apud* SILVEIRA; CÓRDOVA 2009, p. 32).

Quanto à natureza, foi uma pesquisa básica, pois esta “[...] objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” conforme apontam Silveira e Córdova (2009, p. 34). Dessa maneira, a pesquisa básica contribui para novos saberes, cujos interesses são globais, com isso percebemos a importância dela no meio em que vivemos que é comum a quase toda pesquisa científica.

3.2 Objetivos e procedimentos

Com relação aos objetivos, são classificados em três grupos de pesquisa que são: Exploratória, Descritiva e Explicativa, mas nesse objeto de pesquisa em estudo será utilizada a pesquisa exploratória. Ela também pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Assim,

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, *apud* SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.35).

Diante disso, quanto aos procedimentos,

A pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real (FONSECA, 2002, *apud* SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.36).

Em virtude disso, a pesquisa exige sendo possível escolher diferentes modalidades de pesquisa para assim se configurar o objeto de estudo. Dessa maneira, fizemos uso das pesquisas Bibliográfica e Documental. Fonseca (2002) caracteriza ambas da seguinte forma

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador

conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta; e A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32, *apud* SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 37).

Com essas pesquisas é possível analisar diversas posições que envolvem a questão em estudo, fazendo uso das mais diversas estratégias de buscas que melhor se encaixam com o tema a pesquisar. Isso é uma contribuição da pesquisa científica, um leque de opções para melhor trabalhar e chegar ao conhecimento científico.

3.3 Sujeitos e a unidade pesquisada

O Público alvo desse estudo são 4 (quatro) professoras, todas elas do sexo feminino, que trabalham na Educação Infantil, especificamente na faixa etária de 4 e 5 anos, no pré-escolar, situado numa cidade na região de Cajazeiras. Para identificarmos as professoras utilizamos nomes de flores africanas¹ que serão assim identificadas: a primeira professora entrevistada, chama-se **Gérbera**, está cursando Pedagogia na cidade em que mora, exerce sua profissão como professora a 7 (sete) anos e na Educação Infantil está a 6 (seis) anos.

A segunda entrevistada chama-se **Agapanto**, possui o pedagógico como formação, tem 38 (trinta e oito) anos de profissão na área da educação e apenas 5 anos na Educação Infantil e já se aposenta no ano de 2019; a terceira se chama **Violeta**, tem como formação o pedagógico, o curso de pedagogia e pós-graduação em psicopedagogia, de carreira profissional como professora tem 26 (vinte e seis) anos de trajetória, sendo 16 (dezesesseis) anos na Educação Infantil, também está prestes a se aposentar; e a quarta e última entrevistada foi **Copo-de-leite**, que é formada em Letras, tem pós em Metodologia e Inclusão, seu trajeto como profissional da

¹ Utilizamos negrito nos nomes das professoras, participantes da pesquisa, para facilitar o acompanhamento durante a leitura de suas concepções. Os nomes foram escolhidos considerando as seguintes especificações: **Agapanto** significa 'flor do amor'. Tem origem na África; O **Copo-de-leite** é nativo da África, é símbolo de pureza espiritual, paz, tranquilidade e calma, também é uma planta tóxica; A **Gérbera** é nativa da África; e suas flores têm pétalas com diferentes cores, sempre muito vivas, sendo que o centro também varia de cor e a **Violeta** tem origem africana, suas folhas suculentas podem ter formas e tonalidades diferentes, mas em geral são verdes, em formato de coração e com a superfície aveludada. Disponível em: <<https://www.tuacasa.com.br/tipos-de-flores/em>> Acesso em 16/05/2018.

educação 29 (vinte e nove) anos e apenas 2 (dois) anos na Educação Infantil, também está próxima sua aposentadoria. Todas as entrevistadas estão atuando na faixa etária de 4 e 5 anos (pré-escola) no atual ano de 2018, no turno da manhã.

3.4 Instrumentos de coleta de dados

Utilizamos como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, pois facilita o diálogo entre pesquisador e entrevistado gerando uma interação no contato pessoal entre ambos. Durante o processo de entrevista os fatos podem fluir naturalmente, e podemos colher até mais informações do que o esperado, dependendo de como se conduz a entrevista. Nessa perspectiva,

Ao selecionar a entrevista como seu procedimento de produção de dados, o pesquisador deve estar atento, não só à fala de seu entrevistado, mas também ao seu meio. Esse inclui os diversos aspectos do ambiente físico e social, e também as interações que o entrevistado estabelece durante a situação de entrevista (SZYMANSKI; ALMEIDA; PRANDINI 2001, p. 157).

A entrevista é sem dúvida um instrumento que melhor colhe dados para uma pesquisa, e há sempre uma relação de poder entre entrevistador e entrevistado, e nessa relação há sempre interesses dos dois lados, com isso vimos que

[...] a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação (SZYMANSKI, 2004, p. 12).

Assim, compreendemos que essa relação de poder existe em ambas as partes de formas diferentes e essas desigualdades gera um desconforto principalmente para quem está sendo entrevistado, sendo assim Freire, 1992; Héber-Suffin, 1992, (*apud* SZYMANSKI, 2004, p. 13) diz: “Uma forma de refletir sobre a questão da desigualdade de poder na situação de entrevista é aceitar o pressuposto de que todo saber vale um saber”. E através de um diálogo sempre buscar preservar uma relação de igualdade entre as partes é essencial para uma entrevista proveitosa para ambos e assim gerar um resultado positivo.

A entrevista tem dois protagonistas o entrevistador/pesquisador e o entrevistado é quem fornecerá os dados necessários ao objeto de pesquisa, de maneira que haverá um envolvimento

entre eles que pode aflorar emoções e sentimentos, mas que fique claro que não é o objetivo do encontro e no caso, o entrevistador não pode se deixar envolver dessa forma, mas dependendo da intervenção e da influência entre ambos é consequência dos sentimentos virem à tona e não seria apropriado ao momento da entrevista, mas que é possível acontecer, e devemos ficar atentos a esses detalhes, pois faz parte da interação humana.

Desse modo e levando em consideração o desenvolvimento da entrevista, Szymanski (2004, p. 19) afirma que “[...] pode-se considerar uma entrevista semidirigida, realizada no mínimo em dois encontros, individual ou coletiva. Não há um roteiro fechado”. O roteiro é sempre aberto, pois se baseará na fala do entrevistado no decorrer do relato.

O contato inicial entre pesquisador e entrevistado, ocorreu conforme relato de Rey (1999) que descreve como deve ser esse primeiro momento entre ambos:

Nesse primeiro momento, o entrevistador se apresentará ao entrevistado, fornecendo-lhe dados sobre sua própria pessoa, sua intuição de origem e qual o tema de sua pesquisa. Deverá ser solicitada sua permissão para gravação da entrevista e assegurado seu direito não só ao anonimato, acesso às gravações e análises, como ainda ser aberta a possibilidade de ele também fazer as perguntas que desejar. Sem se referir especificamente à entrevista (Rey 1999, p. 63, *apud*, SZYMANSKI 2004, p. 20).

Diante disso, esse primeiro contato é imprescindível principalmente para deixar claro a fidedignidade e o cuidado devido dessas informações que vão ser colhidas do entrevistado e, para iniciantes na pesquisa, é interessante treinar com colegas esse procedimento. Assim, pode-se sentir um pouco a sensação real da entrevista. A condução da entrevista vai se configurando e após a apresentação e as demais informações transmitidas ao entrevistado, vem um momento de aquecimento que pode ocorrer de forma pessoal gerando um ambiente mais informal, onde ambos podem se soltar mais, e de modo alternativo falar um pouco do lado pessoal, por exemplo, é nesse momento que o pesquisador poderá colher mais dados referente ao participante, que serão necessários à pesquisa.

Ao chegar ao momento preciso da entrevista, precisamos do ponto chave ou como descreve a autora Szymanski (2004) ‘questão desencadeadora’ que indique a iniciação da entrevista para o participante ter o foco principal em torno do tema proposto, deixando-o livre para começar a falar. Desse modo, teremos o início das reflexões acerca da temática, e Szymanski (2004, p. 29), ainda reforça que essa “[...] questão tem por objetivo trazer à tona a primeira elaboração, ou um primeiro arranjo narrativo, que o participante pode oferecer sobre o tema que é introduzido”.

Diante do exposto e durante o processo da entrevista, temos a compreensão da fala do participante, isso é crucial para o desfecho final. Desse modo na visão de Szymanski (2004, p. 37) “[...] o entrevistador vai apresentando a sua compreensão do discurso do entrevistado, sem perder de vista os objetivos de seu estudo.”, pois se faz necessário compreender e não interpretar, a compreensão é tipo uma síntese feita após a fala do participante ao referido assunto em questão.

Mediante isso, as sínteses conforme, Szymanski (2004, p. 45) “[...] apresentam-se, nas palavras dos entrevistados, os pontos principais de um discurso”. Ou seja, elas ocorrem após a fala dos participantes sobre cada eixo da temática estudada e nas intervenções feitas pelo entrevistador é clara essa síntese elaborada. Com relação às questões de esclarecimento ocorre, quando no decorrer do discurso, algo não fica claro, ou quando o pesquisador não compreende os fatos discorridos, Szymanski (2004, p.46) “Ao formular-se a questão, pode-se expressar o que não ficou claro”, em decorrência a essas questões é bom ficar atento se houve novas articulações ao pedido de esclarecimento. Já nas questões de aprofundamento como enfatiza Szymanski:

São aquelas perguntas que podem ser feitas quando o discurso do entrevistado toca nos focos de modo superficial, mas trazem a sugestão de que uma investigação mais aprofundada seria desejável [...] é informativo observar quais os itens que foram aprofundados e quais os que foram tratados superficialmente. (SZYMANSKI, 2004, p. 51)

Esses diferentes tipos de questões vistas, tem o propósito de enriquecer a entrevista com um leque de informações que facilitaram a construção do conhecimento a partir da análise dos dados coletados. Entretanto, a devolução dos dados coletados ao entrevistado, que seria uma exposição posterior da compreensão do pesquisador, é importante, pois o entrevistado teria a oportunidade de rever o que relatou em síntese e, assim, pode ter a certeza da fidedignidade do exposto.

A entrevista é um procedimento rico para coleta de informações e o desempenho do entrevistador é de suma importância, como dito anteriormente, isso requer alguns cuidados. Conforme relatos da autora acima citada, a entrevista possui várias etapas desde iniciação até a conclusão dos relatos coletados durante o processo. Nesse contexto, existem vários tipos de entrevista, mas foi escolhida a que melhor se adequa a investigação desse objeto de pesquisa que é a entrevista semiestruturada que de acordo com Gerhardt; Ramos; Riquinho e Santos (2009, p.72) “O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre

assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.”. Essa tática é essencial para que o entrevistado se sinta à vontade para falar sobre o respectivo tema, sendo até prazeroso o momento.

3.5 Técnica de análise dos dados

As técnicas são procedimentos adotados para a análise, nesse caso de dados qualitativos, ou seja, análise de conteúdo, análise de discurso, entre outros. Diante disso, as autoras Szymanski; Almeida; Prandini (2001, p. 158) enfatizam que “A análise de dados implica a compreensão da maneira como o fenômeno se insere no contexto do qual faz parte. Esse inclui interrupções, clima emocional, imprevistos e a introdução de novos elementos.”. Então vimos que não é uma tarefa fácil, requer atenção e acima de tudo segurança durante toda a coleta de dados. Desse modo, é possível enfatizarmos que:

Para analisar, compreender e interpretar um material qualitativo, faz-se necessário superar a tendência ingênua a acreditar que a interpretação dos dados será mostrada espontaneamente ao pesquisador; é preciso penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade. Dessa forma, serão apresentadas duas possibilidades teóricas e práticas de análise do material qualitativo, a saber: **análise de conteúdo** e **análise do discurso** (GERHARDT; RAMOS; RIQUINHO; SANTOS, 2009, p. 84).

Nessa dinâmica de análises, utilizaremos o enfoque da análise de conteúdo enquanto técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência (GERHARDT; RAMOS; RIQUINHO; SANTOS, 2009).

4. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DO DISCURSO DOCENTE

*A história é uma arma de dominação.
Verdades construídas, verdadeiras mentiras,
Mais um meio de propagar o preconceito.
Destrói uma nação, isso não é direito.
Passado de pai para filho como se fosse normal,
O racismo persiste, esse mal letal
Que machuca o corpo e fere a alma.
O tempo cura a carne, mas continua os traumas.
(UNIDADE RACIAL – O Negro em Construção, 2012)*

O presente capítulo abordará os discursos de professoras da Educação Infantil, acerca da temática, foco de estudo, para a escrita da monografia. O diálogo com as professoras nos forneceu informações essenciais para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, de modo que ir a campo nos proporcionou vivenciar e articular conceitos propostos no início, que, apenas, poderiam ser refletidos após a coleta de dados. Diante disso, a análise dos discursos será organizada mediante dois eixos temáticos, assim organizados: 4.1 - Formação de professores e práticas pedagógicas que favorecem a discussão étnico-racial com crianças na Educação Infantil; 4.2 – Experiências em sala de aula: repensar o preconceito racial entre crianças sob a perspectiva de professoras.

4.1 Formação de professores e práticas pedagógicas que favorecem a discussão étnico-racial com crianças na Educação Infantil.

Esse primeiro eixo tem o propósito de investigar se há formação para professores e práticas pedagógicas relativas à discussão étnico-racial nessa faixa etária da educação básica. Diante do exposto, apresentaremos nesse eixo a análise de quatro das primeiras questões do roteiro de entrevista. Portanto, o primeiro questionamento foi o seguinte: se as professoras conheciam a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas. As respostas para essa primeira questão foram de total desconhecimento no relato de todas as entrevistadas, ou seja, todas responderam que não tinham o conhecimento a respeito da lei, mas umas delas enfatizou algo a mais:

A lei, passo a passo eu ‘num’ tenho conhecimento [...] ainda não tive o... o.. a... como é que se diz? aquele interesse que todos nós professores já era ‘pá’ saber de ‘có’ essa lei, porque é uma lei onde a gente se depara com muitas 2 não tem sido trabalhada da forma que se espera para traçarmos um maior

entendimento acerca da temática racial, pois se fosse colocada em prática e cumprida tal como é estabelecida, não teríamos tanta falta de conhecimento por parte das educadoras que estão em sala de aula, causando, muitas vezes, o descaso com relação ao comportamento de crianças e colegas de profissão no ambiente escolar. (Violeta, 2018)

A Lei 10.639/2003 é clara, se fazendo obrigatória a inclusão da temática no currículo da rede de ensino, e como já foi também ressaltado anteriormente no capítulo teórico, mas uma vez levamos em consideração que a lei não inclui a Educação Infantil nessa demanda, isso fica evidente no Art. 26-A quando diz que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003). Na Lei 11.645/2008, que modifica a Lei 10.639/2003 mesmo acrescentando a cultura indígena, não houve modificação desse artigo, permanecendo o mesmo texto, sem incluir a Educação Infantil que é base fundamental da educação.

A nosso ver essa seria uma discussão, também, importante para ser apresentada na Educação Infantil, favorecendo uma forma diferenciada de enxergar o povo afro-brasileiro. Mas, de todo modo, defendemos a ideia de que todo educador, independente da sala em que trabalha deveria ter conhecimento da lei que faz com que a cultura afro-brasileira e indígena seja conhecida por todos.

Mediante o segundo questionamento, perguntamos se existe alguma formação voltada para a discussão étnico-racial no município ou, até mesmo, no ambiente de trabalho e como acontece. Com base no discurso das quatro entrevistadas, as respostas foram bem parecidas, no caso de **Gérbera** ela relata abaixo que

Sim, a gente trabalha no mês de novembro existe um treinamento com professores na própria escola que depois são repassados para os alunos e isso acontece durante dois dias na semana é... no município inteiro, só que cada professor faz o treinamento na sua própria escola com os próprios professores que lá trabalham (**Gérbera, 2018**).

Nessa fala, **Gérbera** afirma existir um treinamento que ocorre no município inteiro, mas que cada escola é responsável pelo treinamento dos próprios professores e, ainda, relata que esse treinamento ocorre no mês de novembro, que nos remete ao dia da consciência negra, comemorado em 20 de novembro. Ela não relatou na sua fala, ser discutido esse tema nesse mês, por ser comemorado o dia da consciência negra, enquanto que as outras três entrevistadas trazem em seus relatos além da confirmação de ser por causa dessa data. Comentam, ainda,

sobre a realização de um projeto que acontece anualmente em dois ou três dias na semana da consciência negra no mês de novembro.

Constatamos ao longo das entrevistas que a temática étnico-racial, só é trabalhada e lembrada devido a data comemorativa do dia da consciência negra. De acordo com **Agapanto**,

Existe o projeto que é desenvolvido anualmente no mês de novembro, que se trabalha durante toda a semana da Consciência Negra. Às vezes acontece a discussão quando surgem situações de preconceito que acontecem raramente na sala de aula (**Agapanto, 2018**).

Podemos contemplar aqui o porquê de ser tão significativo o marco de 20 de novembro, Conforme Santana (2006, p. 170) “Em 20 de novembro de 1695, foi morto Zumbi, grande liderança negra do Quilombo dos Palmares. Essa data é ressignificada pelos movimentos negros brasileiros [...] essa data surge como contestação à comemoração ao dia 13 de maio”. Essa comemoração foi também incorporada na Lei 10.639/2003 em seu "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.". Lembrando que essa lei já foi referenciada acima na primeira questão discursiva. Compreende que é significativa a comemoração desse dia, mas não é por isso que a temática tem que ser contemplada, somente, na semana comemorativa no mês de novembro.

Conforme a professora **Agapanto**, a discussão também surge em situações de preconceito racial na sala de aula, que também diz ser raro acontecer. Aqui, temos um ponto chave que nos chama a atenção e está relacionado a reflexão acerca do entendimento se existe preconceito entre crianças na Educação Infantil e se isso é possível. Refletimos, ainda, sobre se há maldade na mentalidade da criança ao praticar um ato de preconceito racial ou discriminação por uma simples cor de pele.

Aqui devemos refletir um pouco sobre a sociedade em que vivemos, pois acreditamos na ideia que a criança não nasce preconceituosa, esse preconceito é construído cotidianamente em meio à sociedade e educação familiar. Nesse sentido se pararmos para pensar sobre a história e cultura brasileira, veremos com clareza o quanto essa nação está impregnada de preconceito de todos os tipos não só o preconceito racial, pois isso ocorre devido a um pensamento ideológico que sempre predominou desde o início dos tempos, é uma questão de hierarquia, em que pobre e negro, ou seja, os que fogem do patamar de ideologia dominante não têm vez nem voz, e essa ideologia perpassa ano a ano, geração após geração, e infelizmente acaba afetando as próprias crianças que não tem maldade, mas que se a educação a partir de casa incentivar o preconceito, elas com certeza se contaminarão e porão em prática esse absurdo.

Mas não é um problema sem solução e a solução mais viável está na prática do professor, ou seja, na forma como ele intervém numa situação que ocorra preconceito. Portanto, é então que a formação docente se fará necessária, como também as iniciativas das práticas pedagógicas voltadas para a temática. Assim,

Nossa compreensão sobre práticas pedagógicas não se conduz somente na consideração da ação dos professores, mas leva em conta também o exame de suas relações com as diversas esferas do sistema de ensino e com o contexto social e cultural no qual a instituição educacional, os docentes e as crianças estão inseridos (CATANI *et. al.*, 2003, *apud* DIAS, 2012, p. 664).

Como enfatiza Catani é essencial considerarmos todo o contexto de modo geral, pois não depende somente da ação dos professores, mas de uma ação conjunta. Como já havíamos destacado anteriormente o que existe nas escolas pesquisadas é uma prática pedagógica voltada para a discussão étnico-racial durante a semana da consciência negra, pois realizam ações voltadas para trabalhar com o aluno durante dois ou três dias da semana comemorativa.

A professora **Violeta** relata que não existe uma formação e nenhuma iniciativa seja da Secretaria ou do próprio município e, ainda, reforça sobre a existência desse projeto, e acrescenta:

Não existe concretamente uma formação, nem por parte da Secretaria do município ou da escola. Existe o projeto anual e só é executado durante uma semana “né?!” é... em virtude de se tratar da semana da Consciência Negra, muitas vezes não é lembrado. No ano de dois mil e dezessete, por exemplo, [...] por motivo da greve não aconteceu... (**Violeta, 2018**).

Essa abordagem confirma que o projeto acontece em prol da semana da consciência negra e revelou algo inesperado que, muitas vezes, não é lembrado. Citou, ainda, que no ano passado aconteceu de coincidir com a greve de professores com a data comemorativa e a discussão não foi efetivada. É lamentável ouvir a realidade de que, muitas vezes, nem na data comemorativa é trabalhada e discutida essa temática tão importante para as discussões curriculares. Nesse contexto podemos enfatizar que

Incluir conhecimentos afro-brasileiros e indígenas e considerá-los tão importantes quanto os conhecimentos de origem europeia, que já são largamente trabalhados, é romper com uma tradição eurocêntrica de currículo, atitude nem sempre apoiada pelo conjunto de profissionais das instituições escolares (DIAS, 2012, p. 665).

De fato, esses conhecimentos deveriam ter a mesma importância, por se tratar da nossa própria cultura, destacando que no caso nem sempre é valorizada, mas como já mencionamos anteriormente essa é uma questão de hierarquização e ideologias. Para finalizarmos essa questão trazemos o recorte da fala da professora **Copo-de-leite** que abordou basicamente o que já foi exposto no discurso das demais, como podemos relacionar abaixo em seu posicionamento quando diz:

[...] não é bem uma formação, mas a gente trabalha com um projeto étnico-racial que tem a duração de dois a três dias e nesse projeto a gente mostra como trabalhar com... com o étnico-racial incluindo todas as crianças no projeto de todas as faixas etárias e de todas as séries. [...] Esse projeto ele ocorre na semana étnico-racial onde a gente recebe um projeto da secretaria que já vem desenvolvido o plano e a gente trabalha ele vem umas noções de como trabalhar com o étnico-racial [...]. Na semana da consciência negra [...] No mês de Novembro. A gente trabalha esse projeto aí bem direitinho (**Copo-de-leite, 2018**).

Reafirmando a questão da formação de professores ser essencial, Dias (2012, p. 671) comenta que “[...] atuar sobre a formação dos professores [...] é fundamental para gerar respostas ao problema”, portanto, podemos compreender que se o professor tem noção e conhecimento acerca do que ele pode enfrentar na sua vivência escolar cotidianamente, com a devida formação, o que ele aprender servirá de argumento para intervir nos conflitos que sem dúvidas ocorrerão.

Já na terceira questão analisada fizemos a seguinte indagação se a Instituição oferece meios para trabalhar com a temática racial, juntamente com as crianças e quais são os recursos disponibilizados. Ao confrontarmos todas as respostas das entrevistadas, percebemos algumas divergências nos depoimentos, pois **Gérbera** afirma que sim que escola possui alguns materiais inclusive brinquedos. Já **Agapanto**, afirma que, se existe desconhece se a escola disponibiliza de materiais que remetam à temática. A professora **Violeta** confirma que realmente os materiais são escassos e que às vezes até falta folha de ofício, que como ela diz ser o mais simples e **Copo-de-leite** diz que existem alguns recursos e mais uma vez traz o projeto à tona e que tais recursos são utilizados na realização desse projeto.

Podemos destacar, nesse caso, um meio termo, pois todas as professoras ensinam na mesma escola e faixa etária o mais óbvio é que todas tivessem o mesmo posicionamento com relação ao questionamento se existe ou não materiais ou recursos que subsidiariam o trabalho com a temática ou então que fosse com o andamento do projeto que no caso foi relatado por **Copo-de-leite**. Assim, temos o posicionamento da professora **Gérbera** quando diz:

Sim, a gente tem na escola alguns brinquedos, tipo boneca que seja na cor morena e alguns livros que contam histórias de algumas meninas e acaba que eles excluem os brinquedos que... a boneca que é na cor morena, nenhuma menina quer brincar, eles querem qualquer outro tipo de brinquedo menos a boneca morena [...] Sim, a gente trabalha muito e fala que realmente ela é gente igual a boneca “né?!”, realmente é um brinquedo igual a qualquer outro e só muda a cor da boneca [...] mas eles falam que não, que não querem por esse motivo, por aquele e acaba a gente sabendo que é por causada da cor (**Gérbera, 2018**).

Com base na fala de **Gérbera**, compreendemos que ela quando se remete a boneca como brinquedo, sempre aborda cor ‘morena’, é um termo, ainda, bastante utilizado como forma de esconder e segregar o negro e isso ocorre por diversas razões. Podemos citar algumas, por exemplo: medo de falar a palavra negro e ser discriminado ou até mesmo vergonha de sua cor e isso tem causas de um passado severo e não podemos de forma alguma ter medo ou vergonha de pronunciar a palavra negro e para isso é imprescindível o conhecimento acerca do assunto.

Por essa razão fundamental, que os professores da Educação Infantil trabalhem desconstruindo conceitos preconceituosos com as crianças, para então começarmos a avançar numa sociedade justa e livre de preconceitos, para melhor esclarecer esse ponto chave, Dias (2012, p. 668) afirma que cabe aos professores “[...] fornecer elementos positivos nos quais as crianças negras e não negras possam se apoiar na constituição de sua identidade”, pois é de fundamental importância a questão da identidade, e o professor é a peça chave na construção dessa identidade.

A professora **Agapanto** traz em seu discurso desconhecimento sobre o fato de existirem esses materiais que como vimos acima **Gérbera** diz claramente que existe, houve aqui um equívoco, podemos destacar no discurso abaixo:

A escola não disponibiliza de muitos recursos, se existe eu desconheço. Os materiais mais simples eu levo de casa, como: lápis de pintar, folha, lápis grafite [...] Só as vezes que eu peço as mães e elas mandam, principalmente assim na sexta né? (**Agapanto, 2018**).

Dessa forma, é possível analisarmos algo difuso em relação ao posicionamento anterior, pois a professora foi bastante vaga em seu discurso, quando diz “[...] se existe eu desconheço” e que até materiais simples ela leva de casa. A professora deveria estar por dentro do que a escola oferece ou não a seu alunado não é justificável não ter esse conhecimento sobre a instituição que trabalha.

O terceiro relato tem alguns aspectos relacionados ao da professora **Agapanto** não com as mesmas palavras, mas ela diz que os materiais são escassos, que a escola não possui

computador ou impressora e remete a elas o custeio de materiais e recursos e mais uma vez o projeto é mencionado como única coisa que eles disponibilizam e traz a tona um livro infantil bastante discutido nas escolas que é “Menina bonita do laço de fita” que cujo discurso afirma ser o mesmo texto a ser trabalhado nesse projeto até o quinto ano, mas ela constata que se fosse trabalhado essa temática pelo menos toda semana como uma disciplina teria mais tempo de ser discutido. Vejamos a seguir:

Pra falar a verdade, os materiais minha filha são escassos, às vezes falta até folha que é o mais simples que a escola tem que ter, nós não temos computador assim na escola não tem impressora, somos nós mesmo. A única coisa que às vezes mandam é um pequeno projeto que eles manda para gente resumido mesmo, como já te falei, e daí tem que a gente fazer a parte da gente, procurar recurso. manda um texto “*a menina bonita do laço de fita*” que o menino já sabe de “có”, se for esse projeto pra você trabalhar desde da... do infantil até chegar no quinto ano [...]e também a gente só trabalha esse [...]seria bom se fosse pelo menos uma vez por semana assim como tem as disciplina de português, a de matemática e porquê [...]não tem nem tempo de ensinar direitinho apartando assim essas coisas conscientizando as crianças do que é a diferença [...] (Violeta, 2018).

Como bem enfatiza a professora, falta tempo para trabalhar essa temática, diante da demanda das disciplinas obrigatórias, mas veremos uma prática possível para esse problema quando Santana (2006) confirma no livro ‘Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais’, especificamente na parte que consta a Educação Infantil. Desse modo,

[...] É importante que a temática das relações étnico-raciais esteja contida nos projetos pedagógicos das instituições, evitando-se práticas localizadas em determinadas fases do ano como maio, abril, agosto, novembro. Estar inserido na proposta pedagógica da escola significa que o tema será trabalhado permanentemente e nessa perspectiva é possível criar condições para que não mais ocorram intervenções meramente pontuais, para resolver problemas que surgem no dia-a-dia relacionados ao racismo [...] (SANTANA,2006, p. 168).

Percebemos que necessariamente não é preciso ter uma disciplina para se trabalhar e discutir sobre a temática étnico-racial, mas, sim, ser implementada na proposta pedagógica da instituição, se fosse realmente efetivada em todas as escolas não haveria tanta dificuldade de se discutir um tema tão relevante socialmente.

A professora **Copo-de-leite**, assim como a professora **Gérbera**, afirma que a escola oferece alguns recursos voltados para o projeto já mencionado pelas professoras. Além do que, seu relato condiz com tudo o que já foi relatado e analisado pelas demais professoras

entrevistadas relacionadas a terceira questão. Podemos ver o relato da professora quando que a escola

[...] oferece alguns recursos, a gente trabalha com literaturas infantis voltadas para o projeto, a gente trabalha com cartazes, a gente faz pesquisas, a gente mostra vídeos como trabalhar com o étnico-racial e a gente trabalha com várias coisas [...] durante esses dois dias do projeto e a gente sempre fica trabalhando fora do projeto também, volta e meia quando acontece um caso na sala que precisa ser chamado a atenção [...] não é só na semana do projeto não [...] por exemplo, aquele texto da *Menina Bonita do Laço de Fita*, a gente trabalha com... com vídeos voltados para o projeto e cartazes e várias coisas que oferece a escola [...] É disponível na escola, é [...] (**Copo-de-leite, 2018**).

O diferencial desse discurso foi trazer outros recursos não constatados nas outras falas, como cartazes, vídeos, literatura infantil, realização de pesquisas. Todos voltados ao projeto relacionado ao tema. O quarto questionamento discorreu para apurar se a temática étnico-racial é trabalhada com as crianças e de que forma e se não for trabalhada o que impede de se trabalhar. Das quatro professoras entrevistadas, apenas **Agapanto**, ao contrário das demais professoras, afirmou que “[...] a temática racial só é relatada no projeto que acontece na semana da Consciência Negra [...] E mais nenhum momento”. Ela confirma que não se trabalha a temática a não ser nesse projeto, infelizmente pode ser que seja dessa forma, pelo menos na sala de aula dela, mas será que podemos remeter essa falha a Lei 10.639/2003 que não traz a Educação Infantil a obrigatoriedade da implementação da cultura afro no currículo? Não sabemos o que ocorre na realidade, mas outros documentos também estabelecem a discussão dessa temática.

As três professoras tiveram discursos bem semelhantes. **Gérbera** afirma que a temática é trabalhada constantemente, pois sempre se nota preconceito e, também, é trabalhada na realização do projeto já mencionado em falas anteriores. Para **Violeta** o tema é contínuo porque há dias que se depara com situações que tem que intervir e tem que conscientizar, mas de forma que a criança entenda, por se tratar de crianças tem que ter um cuidado especial. Já a professora **Copo-de-leite** enfatiza que acontece quando há algum caso de preconceito na escola, pois sempre ocorre a conscientização e, ainda, relata um caso específico ocorrido na sua prática docente e achamos importante trazer a fala para melhor analisarmos:

[...] acontece sim. Mesmo... todas as séries acontece, até no “prezinho” onde a gente traz, o aluno não quer sentar perto da criança, “não vou sentar perto desse “nego” não” ele diz. Esse ano na minha turma já tem uma criança assim, que eu coloquei de frente pra outra e ele disse: “não bote eu perto desse “nego” não, desse “neguinho” ele disse [...] Aí eu disse: olha... olha menino, não pode não. Por que você não quer sentar perto [...] isso aqui é uma cor, isso aqui não

tem nada a ver, ele é criança, ele é igual a você, ele pensa, ele estuda, ele brinca e você tem que sentar com ele e fazer o trabalho com ele e botei ele na cadeira com o outro e ele ficou meio desconfiado e hoje ele é amigo do menino [...] (Copo-de-leite, 2018).

Nesse aspecto, achamos importante trazer a fala em destaque da professora **Copo-de-leite**, que conta o caso ocorrido na sua vivência escolar, infelizmente, são cenas tristes entre crianças e sempre refletimos acerca da possibilidade da criança ser preconceituosa, mas ainda defendemos a ideia de que são ações aprendidas em casa, na comunidade e até mesmo na escola em que a criança faz parte.

Temos em mente que a intervenção da professora no contexto relatado acima é de extrema importância para o processo de desconstrução desse conceito perpetuado historicamente. Desse modo, Dias (2012, p. 669) enfatiza que “Esse ‘saber’ que as crianças apresentam sobre o outro frequentemente está relacionado ao corpo. É o toque e a proximidade física dos corpos negros que são evitados pelas crianças brancas”. Portanto, esse saber indica ser adquirido pela criança antes de chegar à instituição, ou seja, provém da educação familiar e social, e acaba acontecendo fatos como o já citado a partir de sentimento de rejeição da criança branca em relação à negra. Sendo assim, podemos afirmar que a criança não nasce preconceituosa, mas que é cultivado nas diferentes vivências cotidianas.

Podemos assim, concluir esse eixo temático trazendo de forma ampla alguns pontos fundamentais que nortearam a pesquisa de campo no sentido da formação de professores e as práticas pedagógicas, pois

Os cursos de formação de professores para educação infantil devem possibilitar que estes sejam capazes de desenvolver experiências de aprendizagem nas quais as crianças se apropriem dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos vários grupos étnicos-raciais, especialmente negros e indígenas. E isso por meio de experiências com filmes, danças, arte, música, teatro, entre outras linguagens que tragam os saberes científicos, as lutas e resistências desses povos (DIAS, 2012, p. 668).

Nesse sentido, conforme Santana (2006, p. 173) é relevante trazer para a discussão que: “[...] a cultura escolar e para a cultura infantil os contos africanos, indígenas, latino-americanos e orientais. Para uma educação que respeite a diversidade é fundamental contemplar a riqueza cultural de outros povos”, ou seja, não podemos nos prender somente a contos e histórias europeias, como ainda é a realidade das escolas.

Santana (2006, p. 173) ainda sugere que algumas histórias africanas como: “[...] História da Preta, O menino Nito, Ana e Ana, Tranças de Bintou, Bruna e a Galinha de Angola, permitem o contato com as culturas afro-brasileiras e africana, com personagens negras representadas com qualidade e beleza.” Sem contar as músicas, filmes a exemplo de ‘Kiriku e a feiticeira’ que também se remetem a cultura afro, fontes ricas de conhecimento e aprendizagem, como também desenvolvimento cognitivo e motor, dependendo como o professor conduz o leque de atividades voltadas a temática.

4.2 Experiências em sala de aula: repensar o preconceito racial entre crianças, sob a perspectiva de professoras.

Nesse eixo apresentaremos questões voltadas as experiências de professoras, relacionadas à discussão racial com crianças na faixa etária de 4 e 5 anos da Educação Infantil, no intuito de entendermos se as professoras presenciaram alguma cena de injúria racial entre crianças e, se quando tais fatos aconteceram, qual foi a reação, qual sensação de estar presente em tais ações. Nesse contexto, abaixo serão descritas três questões e, em seguida, apresentadas as principais respostas das protagonistas do objeto pesquisado.

Perguntamos na quinta questão se existe alguma experiência que foi marcante com relação à discussão étnico-racial na Educação Infantil e se a professora poderia comentar. É possível afirmarmos que todas trouxeram algum relato de experiência relacionada à questão racial, com exceção de **Agapanto** que afirma que nunca ocorreu nenhum ato que a marcasse e, ainda, que se ocorreu no momento não lembrava.

Selecionamos abaixo um fato importante que a professora **Gérbera** discorreu quando diz: “Sim, existe um preconceito com uma criança, um dos meus alunos que é constante, é diariamente, os alunos não querem sentar perto dele pela cor da pele, pelo tipo de cabelo dele e as crianças excluem ele de tudo, brincadeiras, jogos [...]”. A partir desse relato sentimos a necessidade de perguntar a professora algo que não estava implícito no roteiro, então a questionamos pedindo para ela dizer como a criança reagia ao sofrer constantemente essa exclusão, **Gérbera** respondeu dizendo que a criança “[...] simplesmente fica na dele por ele já [...] ele já não se mistura mais com as crianças [...] ele já sabe que elas não gostam dele [...] ele próprio se exclui do grupo de crianças e ele chora muito, às vezes ele nem quer ficar na sala de aula”.

Diante da resposta, surgiu outra indagação com relação à intervenção feita por ela já que o caso era tão frequente e a professora afirmou: “Lógico! Eu coloco ele pra interagir com os

outros, mas ele é excluído diariamente.” Com base no discurso de **Gérbera** no qual discorre sobre um caso que acontece constantemente na sua sala de aula, percebemos um fator preocupante que é o fato da intervenção dela não repercutir, sendo que a criança continua sendo vítima das outras, não havendo mudanças. Assim, essas ações discriminatórias, causam algumas reações nas crianças ofendidas, como aponta os estudos realizados. Desse modo,

A forma mais comum de resistência é a reação de agredir praticada por crianças negras que são ofendidas. Muitas crianças negras reagem desse modo na escola. E nem sempre elas são compreendidas pela comunidade escolar, que a acusa de ser violenta, mas, no entanto, não tem o mesmo procedimento com a criança que praticou a discriminação. Outras se isolam, e ambas passam a ser acompanhadas de novas marcas de exclusão dentro do ambiente escolar, consideradas como “agressivas”, “esquisitas” ou “pouco participativas” (CAVALLEIRO, 2005, *apud* DIAS, 2012, p. 670).

Assim, constatamos que toda ação tem uma reação e, além disso, essa ação pode repercutir na vida da criança causando diferentes sentimentos como: timidez, medo e raiva, dificultando de certa forma a relação com outras pessoas. Outra experiência marcante que nos foi apresentada é da professora **Violeta**, vejamos abaixo quando diz:

Sim, eu lembro como se fosse hoje [...] foi dois mil e doze quando uma menina da cor, ela... por ela “num” entender que é só uma pele ela é... empurrou outra, agrediu fisicamente e verbalmente ela, isso me deixou constrangida, não só a mim como toda a escola [...] é porque é criança, quando se trata de criança [...] naquela hora ali [...] fiquei entre a cruz e a espada, porque eu não podia dizer nada com uma e nem com a outra, o que a gente fez foi convencer a menina, conscientizar, porque eu acho que isso aí depende muito da mãe, do viver, do meio em que ela vive [...] falta muito esclarecimento dos pais ajudar a gente nesse sentido (**Violeta, 2018**).

Esse discurso, assim como o anterior, trata-se de um ato de preconceito racial entre crianças e a professora afirma que essas atitudes acontecem devido ao meio em que a criança vive. Esse fator já foi referenciado em algum momento, mas vale reforçarmos, pois

Certamente, é a aprendizagem social negativa sobre o que representam pessoas negras. A ideia do negro como pessoa feia, suja ou até ladra, perigosa, malandra, assustadora, entre outras, permeia a construção do imaginário de todos nós. [...] A pessoa negra está muitas vezes representada e associada a fatores negativos [...] (DIAS, 2012, p. 668-669).

Como bem sabemos o contexto histórico, com base numa ideologia e um conhecimento alienador, que fortemente impregna o nosso meio, passa a imagem do negro para sociedade exatamente como Dias (2012) afirma, atribuindo características negativas como um ser insignificante, inclusive já refletimos sobre esse aspecto no capítulo teórico que traz a historicidade do povo africano, cuja história só é lembrada e contada pelo fator da escravidão e nunca pela história de vida e de cultura riquíssima que possuem. Sabendo disso seria imprescindível que a real história desse povo que já foi tão massacrado, fosse transmitida e estudada assim como as histórias de tantos países, e deveria fazer parte da proposta pedagógica da Educação Infantil, assim começaríamos o processo de desconstrução e daríamos a chance da história ser conhecida.

A professora **Copo-de-leite** também afirma já ter acontecido episódio de preconceito racial, e ainda esse ano. Tendo em vista os fatos relatados por ela e as demais professoras, indagamos sobre qual a sensação e o sentimento de vivenciar tal cena, inclusive essa mesma questão foi remetida a professora **Violeta** e traremos abaixo o recorte das duas falas tanto da professora **Violeta** quanto de **Copo-de-leite** quando afirmam:

[...] tristeza de ainda acontecer essas coisas [...] se tratar de criança... você não vê mal, ela não vê... não é maldade, é falta de conversa, de diálogo, tá faltando diálogo nesse... nessa temática, nesse sentido (**Violeta, 2018**).

[...] A sensação é péssima de trabalhar, você ficar todo tempo parando pra conscientizar um aluno que não pode porque o menino... por conta de uma cor que não interfere em nada [...] Essa maneira de pensar e de muitos... é dos primórdios ainda, eu acho que eles trazem de casa, por que escuta em casa que é negro, acho que eles têm que ter a conscientização primeiro em casa [...] (**Copo-de-leite, 2018**).

Temos a percepção que em ambas as respostas o sentimento de tristeza é por perceber que essas atitudes surgem em virtude da convivência em casa. Sendo assim, trazemos outros sentimentos ocasionados em presenciar esse tipo de acontecimento que é a surpresa e o choque ao mesmo tempo, justamente por, muitas vezes, não acreditarmos que eles aconteçam entre crianças pequenas e podemos afirmar, com base nesses discursos, que acontece e como apontam algumas professoras é frequente, e é por isso que essa temática é tão importante para ser discutida com as crianças.

Caberá, aos professores, serem atuantes nessa área, entendendo o assunto para saber intervir nessas situações, pois esse domínio de conteúdo provém das formações seja inicial ou continuada. Para Dias (2012) esse é, ainda, um assunto que é bem pouco discutido, principalmente na Educação Infantil, considerando que o ‘mito da democracia racial’ faz com

que o racismo e o preconceito se tornem mais fortes na sociedade em que vivemos. Nesse sentido, os professores são essenciais para o processo de desconstrução dessa realidade, pois devemos fazer com que as crianças respeitem a cor da pele de qualquer pessoa e isso só ocorrerá, a partir do diálogo e do entendimento do assunto.

No sexto questionamento perguntamos se as professoras já haviam presenciado alguma cena que elas entendessem que se tratava de preconceito racial em sala de aula entre crianças. Todas afirmaram que sim, com exceção de **Agapanto** que diz: “Durante a minha jornada como professora, nunca presenciei nenhum ato de preconceito racial”. Os posicionamentos das demais só reafirmaram fatos que já foram discutidos e analisados anteriormente em outras questões, num contexto mais amplo.

Com algumas diferenciações de discursos trazemos um pequeno destaque de cada professora **Gérbera** diz que acontece principalmente no brincar; **Violeta** diz que presencia diariamente e que não é por maldade que é só falta de diálogo, e **Copo-de-leite** afirma ser quando o aluno não quer fazer o trabalho, briga, chuta e diz que é negro, e ainda relata que quando conscientiza tem deles que não gosta. Tudo isso só nos leva a crer que é preciso mais iniciativas, mais intervenções, leis que assegurem e realmente se cumpram nesse sentido, e principalmente leis que englobem toda a educação básica sem distinção, como é o caso da lei 10.639/2003 que como já vimos, precisa ser revista.

Na sétima questão indagamos sobre o que as professoras entendem sobre preconceito racial e se é possível que crianças tenham? De acordo com relatos das professoras podemos fazer um levantamento geral sobre o que é preconceito racial na concepção de **Agapanto** e **Violeta** quando dizem que é uma discriminação em virtude da cor da pele, resposta simples que coincidiu uma com a outra, já **Gérbera** e **Copo-de-leite** relatam amplamente sobre o assunto abordando que é uma coisa já existente, que acontece constantemente. Nesse contexto elegemos a fala de **Violeta** que discute essa questão um pouco além quando afirma que

É um assunto que não deveria existir [...] mas já que existe, na minha concepção é uma prática de discriminação racial em relação à cor [...] tem muita gente ainda que é racista e sabe as pessoas sofre [...] achar que um negro por ser negro não pode ser um professor, um “nêgo” não pode ser um advogado, um “nêgo” não pode ser um presidente [...] Tem que acabar gente com isso [...] já que existe é pra acontecer é pra botar no currículo, ser trabalhado, [...] ser trabalhado na semana do mesmo jeito que é trabalhado as mais disciplina. [...] Desde quando a pessoa nasce [...] que o certo é de pequenininho já ir mostrando, já ser trabalhado [...] mais o que fica na criança é a alfabetização [...] se você disser uma brincadeira com um aluno de ensino infantil, ele vai chegar em casa, ele vai dizer do mesmo jeito (**Violeta, 2018**).

De acordo com o discurso da professora **Violeta**, é necessário trazeremos algumas definições sobre o que é preconceito racial e raça para nos situarmos. Conforme o Dicionário Ferreira (2001):

Preconceito é 1. Ideia preconcebida. 2. Suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc. (FERREIRA, 2001, p. 551).

Raça 1. O conjunto dos ascendentes e descendentes duma família, tribo, ou povo, com origens comuns. 2. O conjunto de indivíduos cujas características corporais são semelhantes e transmitidas por hereditariedade, embora possam variar num indivíduo para outro [...] (FERREIRA, 2001, p. 578).

Sendo assim obtivemos uma compreensão mais clara do que seja cada conceito e no geral saberemos que é uma ideia preconcebida relacionada à raça aqui no caso enfatizando o negro. Questionamos, ainda, na sétima questão se as professoras achavam ser possível que as crianças tivessem preconceito racial, todas afirmaram que sim, mas cada uma relatou de modo diferente, veremos abaixo o que diz **Gérbera**,

[...] Sim, as crianças têm preconceito. É... talvez nem tanto quanto os adultos, mas elas acabam mostrando mais do que os adultos, porque os adultos já entendem [...] mesmo eles tendo, eles acabam escondendo. Já criança não, [...] demonstra que tem preconceito, às vezes nem é com maldade [...] chama uma coleguinha morena, da pele morena chama o outro de “neguinho” mesmo sabendo que é da cor dela, mas acaba falando “Tia, aquele “neguinho” fez isso comigo” [...] e existe uns que você já sabe que tá falando porque não gosta mesmo [...] “ah! Eu não quero sentar perto daquele “nego” não [...] ele é negro.” Então! Acaba você tendo a certeza de que é possível uma criança ter esse tipo de... de racismo. (**Gérbera, 2018**)

Percebemos que **Gérbera** faz uma comparação entre o adulto e a criança, afirmando que a criança é mais espontânea e não sabe esconder o que pensa. Já o adulto por entender melhor esconde o que pensa e sente com relação às pessoas negras, mas há uma dicotomia quando ela diz que a criança às vezes nem diz por maldade, mas depois volta atrás e diz que já tem algumas crianças que ela sabe o que diz porque realmente não gosta da criança negra. Podemos enfatizar que se faz necessário que haja cursos de formação voltados para essa discussão para então ter conhecimento suficiente para detectar quando ocorre algum ato preconceituoso em sala de aula. Desse modo,

Estudos das últimas décadas [...] que buscaram investigar tanto a prática pedagógica quanto o discurso das professoras sobre as relações raciais na

educação infantil evidenciaram que a abordagem das diferenças atribuídas ao pertencimento racial nessa etapa da educação, era vista como assunto de menos importância, sob a justificativa de que as crianças pequenas não perceberiam tais diferenças e conseqüentemente não haveria discriminações nesse ambiente e nas relações sócias estabelecidas [...] Contudo, em meio a tais investigações, era e é comum apreender discursos, atitudes e gestos – advindos tanto de adultos como de crianças pequenas – que corroboraram uma situação que não condizia com o fato de que crianças não perceberiam as diferenças pautadas no pertencimento racial e, mais não discriminariam por isso (DUARTE, 2011, p. 144).

Percebemos que esse discurso relatado pela autora é bem parecido com algumas falas das professoras investigadas, e assim refletimos se é possível que crianças perpetuem atos de discriminação e preconceito. Assim, Cavalleiro (2000, *apud* DUARTE, 2011, p.144) reforça que “[...] constatou em sua pesquisa que nessa fase as ‘crianças brancas revelaram um sentimento de superioridade assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo a cor da pele”’.

As professoras **Agapanto** e **Copo-de-leite** só reforçam o que discutimos anteriormente, e afirmam que é possível que crianças tenham atitudes preconceituosas infelizmente, no entanto **Copo-de-leite** diz que as crianças não tem consciência de que o ato cometido é preconceito. A fala de **Violeta** a respeito da questão se a criança tem preconceito, trouxe outros aspectos de importante relevância vejamos,

[...] se você num trabalhar elas [...] Olhe! Não é para ter racismo meu filho aquilo é só uma pele nós somos todos iguais [...] Assim como a criança precisa todos os dias da leitura e da escrita, também precisa do diálogo [...] E nosso município que é riquíssimo, que pode trabalhar com essa temática, porque nós temos aí os quilombolas [...] eu falo pro os meus aluno, eu digo é a fonte da nossa cultura. Triunfo [...] a gente lendo as histórias, os versos, que eu tenho um verso que é dos quilombolas foi quem ajudou a crescer Triunfo, aí tem que ter orgulho. [...] quilombolas que chamamos de ‘os negros dos quarenta’ que diz que quando chegaram era só quarenta e eu acho que hoje se passa bem de duzentos, [...] pessoas que cresceu nosso município, que ajudou crescer nosso município, pessoas de bem, [...] é uma honra de pegar os quilombola, todo ano eu tenho um quilombola, dois na minha sala, olha como é maravilhoso e eu tenho eles pra mim trabalhar o tema e mostrando a eles como eles são [...] como é bom, maravilhoso e mostrar pra eles o quanto eles são importante na história do nosso município, o quanto eles fizeram pelo nosso município e que ainda continua fazendo e mostrando que são de cor... cor negra, mas que são pessoas de bem e que faz parte da sociedade e tem que viver igualmente o branco [...] já pensou sai gente daqui pra pegar praia fora, pra ficar “bronzeadim” igual a eles e ‘ói’ Deus já fez eles [...] bem ‘bronzeadim’ (Violeta, 2018).

Podemos destacar na fala acima a importância da cultura existente na cidade que é o grupo de quilombolas que deu origem a história da cidade chamada “os negros dos quarenta”, e Santana (2006, p. 171) dá ênfase a essa questão afirmando que é “Importante destacar as manifestações culturais locais e regionais”. Portanto, se faz necessário levar em conta a cultura e história da própria cidade e, principalmente, valorizar a presença dos alunos quilombolas nas salas de aulas, isso é inclusão da diversidade.

A nosso ver, a criança passa por diferentes situações de preconceito e discriminação em sala de aula, mas nem sempre percebe que algumas brincadeiras e/ou falas são advindas de situações preconceituosas e, muitas vezes, os próprios professores não sabem lidar com esse assunto, principalmente considerando serem crianças pequenas da Educação Infantil, mas podemos afirmar que é possível que haja mudanças para a desconstrução desses atos negativos, a partir de novas práticas pedagógicas e novos investimentos formativos para esta área. Desse modo, é possível enfatizarmos que a luta pela busca de igualdade, também, deve ser contínua para termos uma sociedade livre de atitudes preconceituosas, mas com os devidos esclarecimentos acerca do assunto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não quero achar normal o negro ser humilhado,
Xingado, maltratado, sempre deixado.
Como KiriKu, vou perguntar,
Descobrir as verdades me libertar.
Igual fênix, das cinzas renascer.
A informação é o adubo que lhe faz crescer.
(UNIDADE RACIAL – O Negro em Construção, 2012)*

A partir do exposto e das leituras realizadas, até o presente momento, percebemos que pouco se adentra nas questões étnico-raciais no que compete a Educação Infantil, mas sabemos que é preciso que as professoras e a comunidade escolar tenham conhecimento acerca da abordagem desse assunto para que os problemas que possam surgir em relação ao preconceito, decorrente da falta de discussão dessa temática nessa faixa etária, sejam sanados da melhor forma possível, sem que a criança seja vítima de situações desagradáveis por causa da sua cor de pele.

Sabemos que existem leis e decretos com relação a essa discussão, porém é preciso que haja um maior cumprimento das mesmas, levando em consideração não somente a informação, mas também o entendimento e comprometimento com relação às leis, especificamente quando se trata de sala de aula com diferentes crianças, advindas de realidades distintas.

Essas leis dão suporte às discussões étnico-raciais na formação de professores e nos auxiliam quando ocorre algum caso de preconceito e discriminação entre os alunos que por sua vez são, ainda, crianças. Dessa forma é importante que todos os professores tenham uma melhor formação inicial e continuada para melhor lidar com futuros problemas e/ou amenizá-los, quando ocorrerem.

Com a demanda de leituras e aprofundamento da temática, refletimos acerca do processo histórico do negro, como também da história da educação deles no Brasil, e o que as leis asseguram no sentido da Educação Infantil, da discussão racial, com relação às metodologias, práticas pedagógicas e formação de professores para trabalhar com o tema em questão e percebemos durante o processo de análise dessas legislações que a Educação Infantil é pouco levada em consideração, vista sob o contexto da temática em estudo, mas diante da realidade alguns passos já foram dados, principalmente a partir da implementação da Lei 10.639/2003, que inclui nos currículos escolares a cultura africana ou afro-brasileira e logo depois com a retificação dessa lei a inclusão também da cultura indígena. Diante

disso, com a luta dos movimentos sociais e as demandas sobre essa temática ganharam mais espaço nos campos educacionais, e outros direitos, também, foram conquistados.

O Plano Nacional que trata da questão étnico-racial de 2013, construído a partir da Lei 10.639/2003, e também de movimentos e lutas constantes, é um documento de grande relevância social, assim como o Estatuto da Igualdade Racial também do ano 2013, pois os dois asseguram direitos tanto no âmbito educacional, quanto na vida social desses indivíduos que tanto batalharam por melhorias.

As alterações ocorridas após a Lei 10.639/2003, acarretaram mudanças positivas nas regiões que investiram na sua implementação, mas é evidente que nem todas as Secretarias Municipais e Estaduais fizeram as mudanças contidas em Lei, mas algumas mudanças ocorridas já foram passos relevantes para a diminuição de ações preconceituosas nos currículos escolares.

A partir das entrevistas e das respostas obtidas, notamos que todas as professoras, participantes da pesquisa desconhecem a Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade da cultura afro no currículo escolar. Além disso, falta formação voltada para essas questões étnico-raciais, que, como relatado pelas professoras, existe apenas um projeto relacionado à temática trabalhado, anualmente, especificamente durante a semana da consciência negra.

As discussões acerca da temática também fluem a partir de situações conflituosas entre as crianças no cotidiano escolar, caso alguma agrida e/ou discrimine outra verbalmente em decorrência de sua etnia negra. Com relação aos recursos disponibilizados na escola, uma questão que ficou explícita na fala de uma das professoras entrevistada é que existe uma boneca negra e que todas as crianças a rejeitam na hora da recreação ou na sala de aula quando a professora faz atividades lúdicas.

Essas questões levantadas só confirmam que a discussão étnico-racial não acontece de maneira efetiva na faixa etária de 4 e 5 da Educação Infantil conforme dados da pesquisa, e não é dada a sua devida relevância. Portanto, em consequência disso, não há também investimentos em formação continuada para professores e tampouco recursos que facilitem o trabalho do professor ao trabalhar essa temática, se fazendo necessário, uma maior discussão e efetivação das leis nesse sentido e, principalmente, na Educação Infantil, onde há maior precariedade.

Em virtude de se tratar de crianças, muitas pessoas acreditam não ser possível haver situações de preconceito entre as referidas, e constatamos que existe. Não podemos dizer que essas atitudes sejam por maldade, mas como relataram algumas professoras, essas questões surgem a partir do contexto familiar em que a criança está inserida e até mesmo

em virtude do que prega essa sociedade ideológica em que vivemos, e acaba por serem influenciadas e perpetuam esse preconceito em sala de aula.

Essa pesquisa possibilitou responder o questionamento central que era pautada se a criança nasce preconceituosa ou se preconceito racial é construído pelo contexto familiar ou até mesmo pela influência dessa sociedade alienante. Dessa forma, constatamos que sim, é possível que haja preconceito racial entre crianças e que ele surja a partir da convivência familiar, em meio à sociedade e até mesmo no contexto escolar. Assim, nosso problema foi respondido, bem como os objetivos traçados, especificamente considerando o posicionamento das professoras.

Por fim, é imprescindível salientar que é de extrema importância que as professoras participem de formação continuada relacionada à discussão racial na Educação Infantil, para que aprendam a lidar com essas situações no cotidiano escolar. Sendo assim, os professores devem cobrar dos órgãos competentes investimentos nesse sentido, inclusive de recursos necessários para trabalhar a presente temática.

REFERÊNCIAS

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013. 104 p.

BRASIL. **CODIGO PENAL BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940.** disponível em:
> Acesso em: 05/03/2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988, atualizada até a EC n. 96/2017. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil RESOLUÇÃO Nº 5/2009,** disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf
RESOLUCAO 5/2009> Acesso em: 06/12/2017.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** 1990, disponível em:
<http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf> Acesso em: 06/12/2017

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial.** 5ª Edição. Março, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. Lei 9.394/1996,** atualizada até março de 2017, disponível em:
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf
> Acesso em: 14/11/2017

BRASIL, **LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** disponível em:
https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Leis_10.639_2003_inclus%C3%A3o_no_curr%C3%ADculo_oficial_da_Hist%C3%B3ria_e_Cultura_Afrobrasileira.pdf> Acesso em: 14/01/2018

BRASIL, **LEI Nº 7.716/89, de 05 de janeiro de 1989.** Disponível em:
http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/nucleos/ned/Estudo_Comentarios_Lei_7716_89.pdf
> Acesso em: 05/03/2018

BRASIL, **RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de junho de 2004.** disponível em
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 04 de março de 2018.

CAVALCANTE, Simone Joaquim; SANTIAGO, Stella Marcia de Moraes. **Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos na Formação de Professores.** In: organizadores: Stella Márcia de Moraes Santiago e Wiama de Jesus Freitas Lopes. Formação de Professores e Identidades Docentes em Questão: o que nos ensina os 35 anos de Pedagogia no alto Sertão Paraibano. – Fortaleza: Imprece, 2016.

CRUZ, Maricélia dos Santos. **Uma abordagem sobre a História da Educação dos Negros.** In: ROMÃO, Jeruse (org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.

DIAS, Lucimar Rosa. **Formação de professor, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo.** Revista Brasileira de Educação, vol. 17, núm. 51, septiembrediciembre, 2012, pp. 661-674. Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, Brasil.

DUARTE, Carolina de Paula Teles. **A abordagem da temática racial na educação infantil: o que nos revela a prática pedagógica de uma professora.** In: Maria Aparecida Silva Bendo, organizadora. Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. – São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI escolar: o minidicionário da Língua Portuguesa.** 4ª ed. rev. e amp. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. **Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva.** Revista ACOALFaplp: Acolhendo a Alfabetização nos países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Paz e Terra, 1989. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire_educacao_pratica_liberdade.pdf> Acesso em 23/06/2018

GOMES, Nilma Lino. JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0104-40602013000100003&pid=S0104-40602013000100003&pdf_path=er/n47/03.pdf&lang=pt>. Acesso em: 22/10/2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A Matriz Africana no Mundo.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. **Infância Raça e “Paparicação”.** Educação em Revista. – Belo Horizonte, v. 26, n.02, p.209-226/ ago.2010.

ROMÃO, Jeruse (org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.

RACIAL, Unidade. **O Negro em Construção.** Produção Independente, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_qFG69hTINQ> Acesso em 06/07/2018.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/portal2>

repositorio/File/existenciaearte/sobre_a_existencia_em_grande_sertao(1).pdf> Acesso em 23/06/2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena e o direito a creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais**. In: Maria Aparecida Silva Bendo, organizadora. Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. – São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Racial**. Brasília: SECAD, 2006.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. SOUZA, Gizele de. **Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas em Educação Infantil**. Educar em Revista. Curitiba, Brasil. N. 47. Editora UFPR, 2013.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **Pesquisa Científica**; GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. **Estrutura do Projeto de Pesquisa**. In: organizado por Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira. Métodos e Pesquisa. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/cursopgdrdownloads/Seriederad005.pdf>>. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro Editora, 2004. 4ª ed. (2011).

SZYMANSKI, Heloisa; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **Perspectivas para análise de entrevistas**. Psic. Da Ed., São Paulo, 13, 2º sem. De 2001, pp. 151-169. Disponível em: <file:///C:/Users/Arly/Downloads/32842-88665-1-SM.pdf>.

VERGULINO, Ana Rosa; SILVA, Cleiton Sobral, SILVA, Débora Regina Machado Silva. **Relações étnico-raciais no espaço escolar**. Revista Interação Ano VIII. Número 2, 2º semestre de 2013. Disponível em: <http://vemprafam.com.br/wpcontent/uploads/2016/11/7_Relacoes-Etnicos-Raciais-no-Espaco-Escolar.pdf. > Acesso em: 22/10/2017.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Cajazeiras/PB e estou realizando uma pesquisa sob a orientação da Prof. Dr^a Zildene Francisca Pereira (UFCG), cujo objetivo é analisar a concepção de professoras com relação à discussão racial na Educação Infantil.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada com duração aproximada de vinte minutos. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir poderá fazê-lo em qualquer momento.

Na publicação dos resultados, desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá com a produção de conhecimento científico na área educacional.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa contatar com a Professora Orientadora Zildene Francisca Pereira, e-mail: denafran@yahoo.com.br e a Pesquisadora Eridiany Bezerra Gomes, e-mail: eridiany_tf@hotmail.com.

Atenciosamente,

Assinatura da Estudante
 Matrícula: 213230238

Assinatura da Professora Orientadora

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante Voluntário(a) da Pesquisa
RG:

Triunfo/PB, _____ de abril de 2018.

APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____

Cidade que mora: _____

Formação: _____

Quantos anos de docência: _____

Quantos anos de docência na educação infantil: _____

1. Você conhece a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas?
2. Existe alguma formação voltada para a discussão étnico-racial no município, ou até mesmo no ambiente de trabalho? Como acontece?
3. A Instituição oferece meios para trabalhar com a temática racial, juntamente com as crianças? Quais são os recursos disponibilizados?
4. A temática étnico-racial é trabalhada com as crianças? Se for, é trabalhada de que forma? Se não for trabalhada o que impede de se trabalhar?
5. Existe alguma experiência que para você foi marcante com relação a discussão étnico racial na educação infantil? Você pode comentar?
6. Você já presenciou alguma cena que te fez entender que era preconceito racial em sala de aula entre as crianças?
7. Para você o que é o preconceito racial? É possível que as crianças tenham?